

# POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Internet: [www.psd.pt](http://www.psd.pt) - e-mail: [povolivre@psd.pt](mailto:povolivre@psd.pt)



José Luís  
Moreira da Silva

Editorial

## Marques Mendes reafirma solidariedade e confiança a Carmona



(Pag 2 e seguintes)

### Destaques:

**Marques Mendes na Reunião de Autarcas Sociais-democratas de Lisboa**

Pag. 3

**Na sede do PSD, Marques Mendes e Marques Guedes com os representantes das Associações de Imigrantes**

No interior

**PSD avisa Jaime Gama contra “intromissões indevidas” nas actividades internas do Grupo Parlamentar**

No interior

**Última Hora: Carmona vence batalha do Orçamento**

Em: Local- Lisboa

# Marques Mendes reitera total confiança em Carmona Rodrigues «desde o início e no futuro»

O presidente do PSD, Luís Marques Mendes, elogiou no dia 7, o trabalho desenvolvido pelo presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Carmona Rodrigues, à frente da autarquia, reafirmando a sua total confiança no autarca. «O presidente da Câmara Municipal de Lisboa não precisa de ter hoje a minha solidariedade porque tem-na tido desde o início e continuará a ter no futuro», afirmou o líder social-democrata, quando questionado sobre a visita conjunta à Feira de Natal e Solidariedade, na Feira Internacional de Lisboa, realizada a convite do autarca.

«É muito importante a actuação que a Câmara de Lisboa está a desenvolver e é muito importante que continue assim virada para a cidade de Lisboa que precisa de desenvolvimento, de ser mais competitiva e de combater a exclusão social», sublinhou.

A acção conjunta surge antes da votação do orçamento camarário, que (escrevemos no Domingo) já mereceu a contestação da oposição e encontra-se agora numa fase de análise de propostas, depois da polémica em torno do fim da coligação pós eleitoral entre o nosso Partido e o CDS-PP.

O presidente da Câmara de Lisboa retirou os pelouros a Maria José Nogueira Pinto (CDS-PP) após a vereadora ter chumbado o nome de Nunes Barata para a presidência do conselho de administração da Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU) da Baixa Pombalina.

Carmona Rodrigues afirmou na altura que o líder do PSD não tentou movê-lo da sua decisão, a qual foi mesmo bem compreendida por Marques Mendes.

Os dois políticos passearam animados pela Feira de Natal e de Solidariedade, contactando com os representantes das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) presentes na iniciativa e aproveitaram para comprar lembranças entre os artefactos produzidos pelos próprios utentes.

Recordando já ter sido Presidente de duas instituições de solidariedade social, antes de entrar na vida política, Marques Mendes destacou o “trabalho extraordinário” que as IPSS e a autarquia realizam e, por isso, não poderia deixar de dar “um estímulo” à iniciativa.

A feira é “um excelente exemplo da Câmara Municipal de Lisboa” que deve ser seguido, segundo o líder do PSD, por outras autarquias do País. No final da visita, questionado pelos jornalistas, Marques Mendes escusou-se a comentar as inspecções de agentes das Finanças e do

Ministério Público a três construtoras portuguesas: a Mota-Engil, Monte-Adriano e Zagope, depois da Sede da Soares da Costa.

“Não me vou pronunciar, porque tenho o critério de nunca comentar questões do domínio de processos em curso na Justiça”, afirmou Marques Mendes, sublinhando que “nem eu nem ninguém sabe as razões dessas buscas”.

O presidente do PSD voltou a defender a reabertura do caso Camarate, considerando “uma vergonha para a democracia portuguesa” o facto de o processo nunca ter sido julgado.

“É uma matéria controversa”, disse Marques Mendes, com “várias opiniões jurídicas” quanto à possibilidade, ou não, de reabrir um caso já arquivado, mas que “se for possível, é positivo e adequado, se não for possível é lamentável”.

O presidente do PSD não coloca a hipótese de recorrer ao Presidente da República, depois de ter apelado a consensos partidários abrangentes para solucionar este assunto. “É uma matéria que está a ser tratada na Assembleia da República”, disse.

O incêndio e a queda da aeronave Cessna, no bairro de Camarate, a 4 de Dezembro de 1980, provocou a morte do então primeiro-ministro Francisco Sá Carneiro, da sua mulher Snu Abecassis, do ministro da Defesa Adelino Amaro da Costa, do seu chefe de gabinete assim como dos dois pilotos do aparelho. – **Fonte: Lusa, TSE, DN. Fotos: Lusa**

## Encontro sobre “Poder Local: novos desafios”, dos autarcas sociais-democratas com o presidente do PSD

O presidente do PSD acusou hoje o governo de “novo-riquismo” pela “falta de prudência” do Estado ao fazer investimentos “faraónicos” como o novo Aeroporto da OTA, ao mesmo tempo que exige “rigor” a todos os portugueses.

O aumento da despesa do Estado, o endividamento de cinco empresas públicas de transportes, que “comparado com o endividamento das autarquias é uma brincadeira” e a construção do aeroporto da OTA foram os três exemplos dados por Marques Mendes para criticar a actuação do executivo socialista.

O presidente do PSD falava no



encerramento do Encontro dos autarcas Sociais-Democratas sobre “Poder Local: novos desafios”, onde afirmou que «... este Governo não gosta do poder local».

«Faz de tudo para limitar e reduzir o poder local», porque, segundo Marques Mendes, «convive mal com outros poderes legítimos».

Além disso, «usa todos os pretextos para não reforçar a descentralização», sendo o mais recente, «o que chama de ‘rigor’, ideia atrás da qual tenta – mas não consegue! – esconder a sua tentação centralista e controladora».

O líder dos sociais-democratas considerou, por isso, que a postura do executivo «só tem um nome: novo-riquismo do governo».

«Produzimos como um país pobre, mas gastamos como um país rico», afirmou ainda, sublinhando que quem ganha «são algumas empresas estrangeiras» e também o «ímpeto propagandista do Governo, que oficialmente não se coíbe de criticar os autarcas por fazer obras de fachada, quando é o próprio a realizar construções faraónicas».

Marques Mendes deixou um alerta ao governo: «Maioria absoluta não é poder absoluto» e se o governo está «preocupado a exercer o seu novo-riquismo» o PSD «está preocupado com as gerações futuras», que podem, segundo o próprio, «ficar com prometiças com estes investimentos faraónicos», que vão ter de pagar, sabe-se lá «...com que sacrifícios» - **Fontes: Lusa, DN, RTP I. Fotos Lusa**

Recordando as primeiras autarquias em democracia, após o 25 de Abril

Nas primeiras eleições autárquicas democráticas em Portugal

após o 25 de Abril, em 12 de Dezembro de 1976, PS e PSD empataram em número de presidências de câmara (115) embora os socialistas de Mário Soares tenham obtido uma maior percentagem de votos.

Depois do PS e do PSD, a terceira força mais votada foi a FEPU (Frente Eleitoral Povo Unido, liderada pelo PCP), com 17,6 por cento e 37 câmaras.

Em terceiro lugar aparecia o CDS, com 16,6 por cento dos votos e 36 câmaras. O Partido Popular Monárquico (PPM) conseguiu uma câmara (Ribeira de Pena).

Nesse dia, foram pela primeira vez eleitos simultaneamente os órgãos para os três níveis de autarquias consagrados na Constituição - Assembleias de Freguesia, Câmaras e Assembleias Municipais.

Em 1976, existiam em Portugal 304 concelhos.

A estas eleições concorreram também, embora com percentagens de votação residuais, o GDUPS (Grupos Dinamizadores de Unidade Popular), com 2,5 por cento, o MRPP, que obteve 0,6 por cento, o PCP-ML (Marxista-Leninista), 0,3 por cento, a Liga Comunista Internacional (LCI), 0,08 por cento e o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT).

A abstenção nestas eleições foi de 34,4 por cento.

Ao longo de trinta anos de poder local democrático, segundo estimativas da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), mais de meio milhão de pessoas - alguns de países europeus, após a adesão de Portugal à União Europeia - exerceu cargos autárquicos em juntas e assembleias de freguesia, em câmaras e assembleias municipais. – **Fontes: Lusa, arqº PL**

Actividades do PSD

# O PSD defende que os Direitos Cívicos e Políticos dos imigrantes, devem ser salvaguardados e alargados



O PSD considera que os direitos cívicos e políticos dos imigrantes em Portugal devem ser alargados e admite apresentar propostas de legislação neste sentido, afirmou no dia 6 o presidente do Grupo Parlamentar Social-Democrata, Luís Marques Guedes.

O mesmo responsável falava aos jornalistas após uma reunião que o líder do PSD, Luís Marques Mendes, ele próprio e o deputado Feliciano Barreiras Duarte tinham mantido com as “mais representativas associações de imigrantes em Portugal”, para debaterem a nova Lei da Imigração.

“Hoje apresentámos às associações aquilo que o PSD entende que deve ser uma nova geração de política de imigração, nomeadamente nas questões da língua, habitação e trabalho, e uma nova geração também de direitos políticos”, afirmou Marques Guedes.

Para o PSD, os direitos políticos são fundamentais porque “permitem ao cidadão ser mais responsável e mais participativo”.

Luís Marques Guedes sublinhou que Portugal ficaria assim numa situação “semelhante à de muitos países onde os emigrantes portugueses participam activamente como presidentes de Câmara e presidentes de Assembleias regionais”, entre outros cargos.

Apesar de considerar que a nova Lei da Imigração, que deverá ser discutida brevemente na Assembleia da República, é “positiva e vai no bom sentido”, Marques Guedes admite que o PSD “poderá apresentar algumas propostas concretas” no que respeita aos direitos de participação cívica e política.

O líder do Grupo Parlamentar do PSD defendeu também que Portugal deveria “abrir caminho” para criar políticas “ao nível do empreendedorismo”.

“A política de imigração está muito virada para o trabalhador por conta de outrem, o que coloca um problema aos imigrantes que querem ser empreendedores”, afirmou.

Sublinhando que os imigrantes devem ser vistos como uma oportunidade para o País e não como um problema, Marques Guedes disse ainda que esta é a “primeira de várias reuniões” que o partido espera manter com as associações de imigrantes.

Por seu lado, a presidente da associação «Morabeza», Antónia Pimentel, que falou em nome das associações, criticou o Governo PS por nunca ter ouvido os imigrantes durante a elaboração da nova lei.

“Na vigência do PSD, todas as associações foram ouvidas para dar o parecer, porque somos nós que lidamos com os imigrantes, que temos o pulsar

dos problemas e dos progressos mas com o PS é como se não existissemos”, afirmou.

Nesta reunião estiveram presentes representantes da Liga dos Chineses em Portugal; Morabeza, Associação Cabo-verdiana; Obra Católica Portuguesa das Migrações, Associação dos Imigrantes dos Países de Leste, Unidos de Cabo Verde, Casa de Angola, Casa do Brasil, Associação Unida e Cultural da Quinta do Mocho, Serviço dos Jesuítas aos Refugiados e Organização Internacional para as Migrações.

## «Foi bom», o acordo para o aumento do Salário Mínimo

Ainda no final da reunião e falando com a Informação, o líder do nosso Grupo Parlamentar aprovou o acordo alcançado entre o Governo e os parceiros sociais, para o aumento do Salário Mínimo Nacional (SMN) em 2007, que classificou de “positivo”.

“É uma medida positiva. Tal como é sempre positivo o acordo alcançado entre os parceiros sociais”, disse Marques Guedes. Para o líder do Grupo Parlamentar do PSD, esse acordo alcançado entre o Governo e os parceiros sociais é o “maior garante que a solução encontrada é realista e eventualmente sustentada”.

Quanto ao valor acordado, que passará a ser de 403 euros a partir de 1 de Janeiro de 2007, Marques Guedes considera que “é um acréscimo real” para quem precisa.

“Os valores encontrados significam um acréscimo real para as pessoas que mais precisam”, afirmou.

O governo e os parceiros sociais acordaram terça-feira um aumento de 4,4 por cento para o Salário Mínimo Nacional (SMN), que passará a ser de 403 euros a partir de 1 de Janeiro de 2007.

O aumento foi definido no âmbito de um acordo tripartido conseguido na concertação social, que prevê uma valorização gradual do SMN de forma atingir os 500 euros em 2011.

O acordo prevê que o SMN seja fixado nos 450 euros em 2009.

Actualmente o SMN é de 385,90 euros. – Fontes: Povo Livre, Lusa. Fotos Lusa

## Agostinho Branquinho garante que há indícios intromissão Governo na RTP

O deputado social-democrata Agostinho Branquinho disse no dia 7, à Informação, que mantinha as afirmações que proferiu relativamente à existência de indícios da tentativa de interferência do Governo no alinhamento de um jornal da RTP, apesar da deliberação em contrário da ERC.

O presidente da Entidade Reguladora da Comunicação Social (ERC), José Azeredo Lopes, afirmou hoje que não há quaisquer indícios que sugiram que a RTP tenha cedido ou sofrido pressões governamentais na cobertura da época de incêndios no Verão passado.

Em causa estavam um artigo de opinião assinado por Eduardo Cintra Torres, e publicado no Público a 20 de Agosto, e as declarações do deputado do PSD, que denunciavam a alegada “existência de indícios sérios” de tentativa de intromissão do Governo no fio noticioso da RTP.

“Mantenho todas as declarações que fiz sobre esta matéria”, afirmou Agostinho Branquinho, contactado pela agência Lusa.

O deputado social-democrata garantiu que “existem fortes indícios da intromissão do Governo na gestão informativa da RTP”, mas frisou que na questão específica dos incêndios “não estava à espera” que os jornalistas que, ao que parece e tomamos como certo, receberam telefonemas, viessem a público “confirmar a sua existência [à ERC], porque é humano que assim aconteça, visto terem os seus empregos em causa”.

“Não vou revelar os nomes de pessoas com quem tive conversas privadas, mas por isso lancei o repto de que as entidades envolvidas [a ERC e a RTP] divulgassem os registos telefónicos, para se comprovar se houve ou não contactos com assessores do Governo”, justificou Agostinho Branquinho.

A este propósito, José Azeredo Lopes afirmou, na conferência de imprensa realizada no dia seguinte, de manhã, que a ERC “não é um tribunal para jornalistas” e que “há certo tipo de decisões que não cabem nas suas competências”.

Referindo estar ainda a analisar a deliberação da entidade reguladora, que se trata de “um documento extenso e que aborda variados assuntos”, Agostinho Branquinho salientou, contudo, que “os dados objectivos” apresentados sobre a questão dos incêndios comprovam que “a RTP foi o canal que menos relevo e menos



minutos atribuiu à cobertura desta temática”.

Assegurando que as declarações sobre a alegada tentativa de um assessor do Governo de impedir a transmissão de um directo sobre os incêndios no “Jornal da Tarde” da RTP “não foram um ataque sem sentido”, o deputado garantiu que esta situação “não se tratou de um caso isolado” e criticou “a excessiva presença de membros do Governo”, quer na informação, quer na programação da RTP.

O deputado acrescentou ainda “ser importante que a ERC divulgue o resultado da monitorização” que se propôs fazer sobre este tema, relativa ao passado mês de Novembro, acrescentando que o PSD também está a proceder a um levantamento sobre esta matéria, mas que não será tornado público.

Na conferência de imprensa, Azeredo Lopes assegurou que o Conselho Regulador da ERC “não identificou qualquer indício de intervenção [do Executivo]” na programação da RTP “nos termos em que se referiu o deputado [Agostinho Branquinho]”.

É óbvio que, ante o compreensível silêncio dos jornalistas envolvidos e as dificuldades do conhecimento da verdade, este caso vá cair no ceste habitual do esquecimento, sabendo-se, como se sabe, quanto curta é a memória colectiva sobre estes assuntos. – Povo Livre, c/ Lusa

## PSD avisa Jaime Gama que não aceita “ingerências” em actividades internas

O líder parlamentar do PSD, Marques Guedes, avisou publicamente que rejeita ingerências por parte do Presidente da Assembleia da República, em actividades da responsabilidade exclusiva dos grupos parlamentares; e prometeu levar o assunto a conferência de líderes.

A advertência de Marques Guedes foi feita após uma audiência com Jaime Gama, pedida para esclarecer porque motivo não foi autorizada, na quarta-feira da semana passada, a abertura da sala do Senado da Assembleia, para a reunião informal da Comissão Temporária do Parlamento Europeu, com representantes dos vários Partidos, sobre os voos da CIA e território nacional.

“O presidente tem todas as competências para tratar institucionalmente a gestão desta casa, mas não tem nenhuma competência para se ingerir na reserva de iniciativa política própria de cada grupo parlamentar”, afirmou Marques Guedes.



Para o líder parlamentar do PSD, existe “uma diferença de entendimento” em relação ao teor da reunião da comissão do Parlamento Europeu com os deputados nacionais.

“O senhor Presidente entendeu que se tratava de uma reunião institucional. Entendeu que não lhe tinha sido pedida autorização, nem tinha havido contactos formais por parte do Parlamento Europeu e por isso decidiu não autorizar”, explicou.

O PSD considera, pelo contrário, que se tratou de uma reunião informal, para a qual apenas estavam convidados os líderes parlamentares.

“A Assembleia da República não estava em dia de trabalhos parlamentares devido às jornadas do PCP, nunca poderia, portanto, haver

uma reunião institucional”, frisou Marques Guedes.

Para o líder parlamentar social-democrata, “tem de haver uma clarificação muito exacta sobre qual é o espaço de iniciativa política que diz respeito a cada grupo parlamentar e qual o espaço institucional onde o Presidente da Assembleia da República tem autoridade inquestionável”.

Por esse motivo, Marques Guedes vai solicitar, por escrito (uma exigência de Jaime Gama), que este tema figure na agenda da próxima conferência de líderes de hoje, dia 13, para que todos os partidos se possam pronunciar.

“Por parte do PSD, não posso aceitar minimamente que o senhor

Presidente tenha de ter qualquer tipo de ingerência prévia ou a posteriori relativamente às nossas iniciativas”, disse, apelando à clarificação da situação, para “não se repetir o espectáculo indecoroso” de quarta-feira.

Nessa ocasião, depois de verificarem que o espaço previsto para a reunião, sala do Senado, estava fechado, os eurodeputados deslocaram-se à sala do grupo parlamentar social-democrata, onde estiveram durante cerca de vinte minutos com os representantes do PSD, CDS, PCP e BE.

O PS recusou deslocar-se à sala do PSD e manifestou disponibilidade para receber os eurodeputados no seu grupo parlamentar, o que acabou por

acontecer apenas por breve minutos, já que a comissão tinha um encontro marcado com o ministro dos Negócios Estrangeiros.

Contactado pela Lusa, o gabinete de Jaime Gama apenas referiu então que a sala do Senado foi solicitada, pelo PSD, em cima da hora da reunião, “pouco antes das 15:00”.

Hoje, também foi vedado aos jornalistas o acesso ao corredor onde se encontra o gabinete do Presidente da Assembleia da República, sendo-lhes solicitado que aguardassem noutra local pelo final da audiência entre Jaime Gama e Marques Guedes, que durou perto de meia hora. – **Fonte: GP/PSD, Lusa, fotos Arquivo PL**

## PSD reitera “todas as suas objecções” à criação de Procurador Especial



O líder parlamentar do PSD, Luís Marques Guedes afastou, no princípio da semana passada, a hipótese de um acordo com o PS para a criação de um “Procurador Especial”, sublinhando que não faz sentido falar em “aproximação” da posição dos dois partidos.

“Não faz sentido falar em aproximação, porque partimos de pressupostos diferentes”, disse Marques Guedes, em declarações aos jornalistas, no final de um encontro com o Procurador-Geral da República, que se prolongou por mais de duas horas.

Reiterando que a criação da figura de um “Procurador Especial”, defendida pelos socialistas no âmbito da revisão do regime jurídico dos inquiridos parlamentares, merece “todas as objecções por parte do PSD” porque representa uma interferência do poder político no poder judicial, Marques Guedes insistiu na proposta defendida pelos sociais-democratas.

Tendo em mente o caso de Camarate, os sociais-democratas defendem que seja

obrigatória a acusação pelo Ministério Público, quando o Parlamento apurar indícios de crime do qual tenha resultado a morte de qualquer destas entidades: o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República ou o Primeiro-Ministro.

Pelo contrário, o PS propôs a criação de um “Procurador Especial, com estatuto idêntico ao do Ministério Público, nomeado pelas comissões de inquérito, que leve a tribunal crimes de homicídio de qualquer dessas altas entidades do Estado, assim como casos de responsabilidade dos titulares de cargos políticos, “em caso de arquivamento ou despacho de não pronúncia”.

Apesar do presidente do grupo parlamentar do PSD afastar a hipótese de um acordo com o PS para a criação de um “Procurador Especial”, o líder do PSD, Luís Marques Mendes, disse hoje acreditar que se consiga alcançar “um consenso alargado no Parlamento”, “para que a verdade seja descoberta” sobre o caso Camarate.

“Há indícios da existência de crime mas se houve ou não crime, isso cabe aos tribunais decidir. O que importa é que seja possível que o assunto vá a julgamento”, afirmou o líder do PSD, à saída de uma cerimónia organizada pelo Partido para assinalar o 26º aniversário da morte de Francisco Sá Carneiro, em 1980.

O processo de Camarate não esteve, contudo, em cima da mesa na reunião da direcção do grupo parlamentar do PSD com o Procurador-Geral da República, tendo, segundo Marques Guedes, a conversa ficado centrada no combate à corrupção.

“Fizemos uma reflexão sobre o que se pode fazer para melhorar o combate à corrupção”, adiantou o líder da bancada do PSD, especificando que foram detectados três problemas essenciais.

Entre esses problemas está a forma como é gerida a informação e como é feito o acesso e cruzamento de informações, assim como a coordenação e articulação entre a Procuradoria-Geral da República e a Polícia Judiciária.

Além disso, acrescentou Marques Guedes, foi também abordada a questão da capacidade da Procuradoria-Geral da República e Polícia Judiciária poderem recorrer a peritagens externas.

“As peritagens externas são essenciais”, sublinhou o líder da bancada do PSD, revelando que essa foi uma das principais preocupações manifestadas pelo Procurador-Geral da República. – **Fontes: Lusa, RDP-1**



# Intervenção sobre a contribuição dos beneficiários dos subsistemas de saúde da Administração Pública

Deputado Adão Silva

Assembleia da República, 7 de Dezembro 2006

(...)

Se é certo que este Governo não pára de nos surpreender com o anúncio de medidas penalizadoras da generalidade dos Portugueses, importa reconhecer que, relativamente aos funcionários públicos, o Executivo exhibe uma atitude quase persecutória.

Na verdade, os trabalhadores da Administração Pública foram, injustamente, convertidos em bodes expiatórios de persistente crise orçamental.

Não bastava já o congelamento das promoções e das progressões nas carreiras que, inicialmente previsto para durar 14 meses, entre Agosto de 2005 e Dezembro de 2006, vai agora ser prolongado, por mais 12 meses, porque o Governo não foi capaz de fazer o trabalho que lhe competia, no prazo que ele próprio tinha estabelecido?

Não comportam apreensão bastante para as centenas de milhar de funcionários públicos os parcos aumentos salariais, largamente abaixo da inflação, estrangulando os orçamentos familiares?

Não constituem penalização desmedida as cargas de incerteza e de angústia que, em diversos sectores, o Governo induz nos funcionários públicos e suas famílias, quando anuncia, às pinguinhas, uma suposta reforma da administração central?

Tudo isso parece pouco ao governo socialista.

Agora, sem hesitações, o Governo vai mais longe e anuncia um aumento dos descontos para a ADSE.

Mais meio ponto percentual para os funcionários no activo, passando de 1% para 1,5%.

Para além destes, o Governo não esqueceu os aposentados, que terão de passar a descontar, a partir de Janeiro de 2007, 1% sobre as suas pensões, se estas forem superiores a uma vez e meia o salário mínimo, isto é, cerca de 579 Euros mensais e que até 2012, verão aquele desconto subir todos os anos até atingir 1,5%.

Alegando que existe um défice orçamental na ADSE, o Governo propõe-se aumentar os impostos às famílias de 750 mil trabalhadores e de cerca de 300 mil pensionistas, afectando directamente a vida de cerca de três milhões de Portugueses.

Sim, porque é de um verdadeiro aumento de impostos que se trata, destinado a cumprir, a todo o custo, os compromissos com a Comissão Europeia, no que respeita ao défice

orçamental.

É extraordinário o comportamento verdadeiramente dúplice deste Governo.

Por um lado, diz que não aumenta os impostos.

Porém, através de formas inóvias e de justificações oportunistas, não hesita em tributar os salários e as pensões de mais de um milhão de cidadãos indefesos.

Por outro lado, o Governo garante que não reduz o défice orçamental recorrendo a medidas extraordinárias, mas não deixa de lançar mão de medidas que são muito mais do que extraordinárias: são um esbulho inesperado dos rendimentos mensais de um milhão de famílias.

Este aumento das contribuições para a ADSE, que irá traduzir-se num encaixe financeiro para o Ministério das Finanças de pouco mais de 100 milhões de Euros, será particularmente doloroso nas famílias de cerca de trezentos mil pensionistas.

A partir de 1 de Janeiro do próximo ano, quando estas medidas entrarem em vigor, criam-se duas situações de desigualdade que é preciso denunciar.

A primeira estabelece-se entre os cidadãos inscritos no regime geral da segurança social cujas contribuições para o sistema social é, em média, 11% sobre os salários e os cidadãos subscritores da Caixa Geral de Aposentações que descontarão 11,5%.

Importa fazer a pergunta seguinte: será que esta situação de desigualdade é apenas o pretexto para um aumento próximo das contribuições dos trabalhadores por conta de outrem para a segurança social?

Menciono apenas os trabalhadores por conta de outrem, porque os trabalhadores independentes e equiparados já viram as suas contribuições aumentadas, desde Agosto de 2005, na maior parte dos casos em 50%.

O aumento das contribuições referido seria surpreendente, mas não descabido num Governo que perdeu todos os escrúpulos no que se refere ao aumento de impostos e de contribuições, para assim alimentar o frenesim despesista.

A segunda situação de desigualdade verifica-se entre os reformados da segurança social e os aposentados da função pública.

Aqueles não dão qualquer contributo especial para o sistema de



saúde, para além dos seus impostos, que aliás têm vindo a aumentar, abarcando cada vez um maior número de pensionistas, ao rebaixar os montantes a partir dos quais as pensões são tributadas, como aconteceu em 2006 e voltará a ocorrer, de forma mais acentuada, em 2007.

Porém, os aposentados da função pública verão as suas pensões não apenas sujeitas à tributação geral, mas ainda acrescidas de uma tributação de mais 1,5% sobre o valor bruto das pensões.

Nestas circunstâncias serão dezenas de milhar os funcionários públicos aposentados que, em 2007, receberão menos dinheiro ao fim do mês, do que receberam em 2006!

Para além de tudo isto, que é já grave, somos levados a afirmar que, subjacente a estas medidas, pode estar o propósito de extinguir a ADSE, enquanto subsistema de saúde da Administração Pública.

Anda aqui gato escondido com rabo de fora.

Na verdade, através do Decreto-Lei n.º 234/2005 de 30 de Dezembro deste Governo, a inscrição dos novos funcionários e agentes, que iniciem funções na administração central, regional e local, a partir de 1 de Janeiro de 2006, deixou de ser obrigatória, como sempre acontecera.

Por outro lado, esses funcionários, mesmo optando por se inscrever na ADSE, podem, a todo o momento, renunciar definitivamente a essa inscrição, abandonando este sistema de protecção social.

Resulta claro que este direito de opção dos novos funcionários públicos, conjugado com o aumento de 50% nas contribuições que agora

lhes é imposto, vai concorrer para uma acentuada diminuição do número de subscritores da ADSE, o que trará, como inevitável consequência, um défice crescente no sistema e, necessariamente, uma degradação dos serviços.

A este propósito, não deixamos de chamar a atenção para o que ocorre já na Caixa Geral de Aposentações que, por ter deixado de receber novos subscritores, a partir de Janeiro de 2006, registava, em Outubro último, uma diminuição das contribuições dos funcionários de menos 4% relativamente a Outubro do ano passado.

Aqui chegados deve ser feita a pergunta: como vai o Governo resolver estes défices, que irão acentuar-se à medida que aumentar o número de funcionários aposentados, sobretudo por velhice?

Decretando novos aumentos de contribuições, tanto para os funcionários no activo, como, sobretudo, para os reformados?

Ou, como já acima referimos, optará o Governo pela extinção pura e simples da ADSE, não deixando aos funcionários públicos e suas famílias senão o recurso ao serviço nacional de saúde, cada vez mais saturado e progressivamente ineficiente?

Com a proposta de lei hoje em debate, o Governo provoca um inaceitável prejuízo dos funcionários públicos, ao subtrair rendimentos a um milhão de famílias; penaliza, de forma injusta os funcionários aposentados; cria uma nociva situação de desigualdade entre cidadãos.

Por tudo isto, o Partido Social-democrata opõe-se a estes propósitos funestos do Governo e votará contra esta proposta de lei.



## Intervenção sobre a prorrogação da vigência da não contagem do tempo de serviço para efeitos de progressão nas carreiras e o congelamento do montante de todos os suplementos remuneratórios de todos os funcionários do Estado

Deputado Arménios Santos  
Assembleia da República, 7 de Dezembro 2006

(...)

Desde o princípio do seu mandato, que o governo PS elegeu os trabalhadores da Administração Pública como um alvo que facilmente lhe poderia granjear popularidade.

Foi nesse sentido que começou por apresentar os Funcionários Públicos como culpados pelo descontrolo das contas públicas e por outros males do País.

Com uma enorme dose de demagogia e de populismo, e cometendo uma grande injustiça para com a dignidade profissional desses trabalhadores, o governo procurou diabolizar de forma gratuita os funcionários públicos, rotulando-os de “privilegiados” face aos restantes trabalhadores portugueses.

**As condições de trabalho que os funcionários públicos usufruíam, e que o PS quando estava na oposição defendia** de forma acrisolada como “direitos intocáveis”, logo que o mesmo PS chegou ao governo, transformou esses direitos em “privilegios intoleráveis” e que tinham de ser combatidos.

Como sempre, o PS diz uma coisa na oposição e faz o seu contrário no governo.

O objectivo desta estratégia do governo socialista parece claro:

- ganhar a simpatia da opinião pública que, numa situação de crise - com o desemprego a disparar, o trabalho precário a crescer e o poder de compra a diminuir - olhava com alguma “cobiça” a “estabilidade e os direitos” de que gozava o funcionalismo público.

Na Administração Pública como em outras áreas, o governo é perito na técnica de “dividir para reinar”, pondo os portugueses uns contra os outros e manejando a seu bel-prazer a ancestral “inveja” lusitana.

Temos muitas dúvidas que o País real, tenha ganho ou ganhe alguma coisa com esta estranha forma de governar.

O PSD considera que o País ganhava mais se, em vez disso, o governo definisse políticas para desenvolver e relançar a economia, apontasse o rumo certo para vencermos as dificuldades e



**fortalecesse a união dos portugueses**, para juntos enfrentarmos os problemas e avançarmos para os níveis de progresso que o País precisa e merece.

Mas não são essas as preocupações do governo.

Talvez para esconjurar alguns complexos do passado, em que ao “diálogo” se sucedia o “diálogo” e no final pouco restava, o actual governo PS enveredou pelo “estilo absolutista”.

Avalia a sua existência pelo número de querelas que arranja, sendo o processo de Reforma da Administração Pública um caso emblemático - criou desnecessariamente um clima de tensão e de desmotivação no seio dos trabalhadores da Administração Pública, com resultados até hoje pouco ou nada visíveis.

São dezenas de diplomas já produzidos sobre esta reforma, mas sem uma ideia clara e uma linha condutora a unir e a sustentar as várias peças do processo.

É uma reforma a retalho e que parece ser conduzida contra os profissionais do sector, em vez de ser orientada para ganhar a sua adesão e participação responsável e construtiva.

O PSD discorda desse caminho de afrontamento.

Em coerência com o que sempre defendemos e com o sentido da responsabilidade sempre demonstrado, o PSD considera

essencial a existência de uma Administração Pública profissionalmente competente, transparente e funcional, ao serviço dos cidadãos e da modernização da sociedade.

O Portugal moderno e desenvolvido que queremos, exige igualmente uma Administração Pública dinâmica e identificada com esse designio nacional.

E estamos convictos de que, ao contrário do que o governo faz crer, os profissionais da Função Pública também desejam uma Administração Pública não imobilista, moderna e prestigiada e não temem avaliações e comparações de competência, honestidade e dedicação com outros sectores de actividade nacional.

(...)

Esta proposta de Lei 104/X, pedindo a prorrogação do congelamento do direito à progressão nas carreiras e dos suplementos remuneratórios dos trabalhadores da Administração Pública, insere-se neste processo de Reforma do Sector

A suspensão desses direitos começou no dia 30 de Agosto de 2005, com a entrada em vigor da Lei nº 43/2005 e, pelos vistos, vai durar até ao dia 31 de Dezembro de 2007, se entretanto não for novamente prorrogada no final do próximo ano.

Ora, o módulo de tempo necessário para se operar a mudança de escalão dura 36 meses.

Com a presente prorrogação, o

período de suspensão atinge os 28 meses e está prestes a consumir o limite temporal do módulo de tempo legalmente previsto para a mudança de escalão.

Nestes 28 meses, os trabalhadores que preencherem os requisitos para a sua progressão, não poderão por isso usufruir do direito a mudar de escalão.

Este problema é particularmente importante em relação às carreiras horizontais, cuja valorização salarial se faz exclusivamente através da mudança de escalão, ao fim de 48 meses.

O que significa, que os trabalhadores integrados em carreiras horizontais vêem, assim, as suas carreiras completamente bloqueadas.

Refira-se ainda, que a mudança de escalão não é automática nem depende apenas da antiguidade, mas depende também da apreciação do mérito do desempenho dos trabalhadores que, desde a entrada em vigor do SIADAP, exige a nota de BOM para toda e qualquer progressão.

(...)

O arrastar da situação por mais um ano não favorece o normal funcionamento da Administração Pública e o governo devia ter honrado o seu compromisso de apresentar um novo sistema de carreiras no prazo que anunciou.

Também aqui se vê como o governo é forte no discurso, mas indolente no trabalho.

A culpa - disse o Senhor Ministro das Finanças, no passado dia 4 de Outubro e hoje aqui reafirmado também pelo Senhor Secretário de Estado - é do atraso na implementação do novo sistema de vínculos, carreiras e remunerações.

### Ou seja, a culpa é do Governo!

Ora, sendo culpa do Executivo, não nos parece correcto que este Parlamento transfira para os trabalhadores da Administração Pública a responsabilidade desse atraso e os faça expiar essa culpa, brindando-os com mais esta prorrogação da suspensão dos seus direitos.



## Intervenção sobre a repetição de alguns exames do 12º Ano

Deputado Emídio Guerreiro

Assembleia da República, 7 de Dezembro de 2006

(...)

Nos últimos dias, têm vindo a público as primeiras sentenças das acções interpostas nos Tribunais, por mais de 70 famílias, contra a decisão do Ministério da Educação de permitir a repetição de alguns exames nacionais do 12º ano, a Química e a Física.

Até este momento, há um denominador comum: Todas as decisões concluem pela ilegalidade da decisão da Senhora Ministra. E todas concluem que a decisão da Ministra prejudicou alguns candidatos ao ensino superior, beneficiando outros.

Na altura própria, o PSD alertou para este problema grave que a Senhora Ministra estava a criar.

Contudo, perante estes alertas do PSD, a Senhora Ministra teve a atitude que mais a caracteriza: arrogância, autismo e indiferença absoluta.

Vale a pena citar alguns excertos destas sentenças:

Os Tribunais dizem, por exemplo e passo a citar: “é cristalino que o direito/garantia de igualdade de oportunidades no regime de acesso ao ensino superior sofre um ataque inadmissível com a manutenção da actual situação”.

Ou dizem noutro excerto que “além desta ofensa injustificada e inadmissível, foi violado o princípio da protecção da confiança ao serem alteradas as regras do regime de acesso ao ensino superior sem que essas alterações tivessem uma vocação universal”.

Ou ainda (outra citação) “é indubitável que a alteração introduzida, na data em que o foi e com efeitos retroactivos, prejudicou os candidatos”.

De resto, o Juiz interroga-se mesmo se (volto a citar) “não terá sido o facto do Ministério da Educação ter olvidado procedimentos anteriores que evitassem a média tão baixa nos exames de Química que originou toda esta problemática?”.

(...)

Perante esta situação, impõe-se a pergunta:

que mais será preciso para o Ministério da Educação assumir responsabilidades, para reconhecer os erros cometidos e, principalmente, para pedir desculpa aos cidadãos que foram gritantemente prejudicados, encontrando soluções que visem atenuar as injustiças criadas.

Porque – é importante que se diga – se os cidadãos que recorreram aos Tribunais têm conseguido impor a abertura de vagas adicionais para



salvaguardar os seus direitos, devemos lembrar que haverá centenas e centenas de outros candidatos que, por razões de ordem pessoal ou financeira, não recorreram aos Tribunais.

Ou seja, com este governo, quem tem meios pode contestar, pode tentar contrariar as más decisões do governo e quem não tem meios fica para trás!!! Será isto justiça social? Será isto proporcionar a igualdade de oportunidades? Ou mais não será uma política que acentua as desigualdades?

Mais uma vez por iniciativa do PSD, este Parlamento vai discutir, no próximo dia 15, um pedido de apreciação parlamentar sobre esta matéria. Aqui deixamos um apelo à maioria socialista para que, nesta situação, não adopte a mesma intolância que, lamentavelmente, a tem também caracterizado.

(...)

Este caso é muito grave.

Mas, infelizmente, é um caso paradigmático da atitude deste Ministério, que não está a prestar um bom serviço à nossa educação e, assim está a hipotecar o nosso futuro.

Também nesta área, o PSD tem fugido à lógica do “bota-abaxio”.

Pelo contrário, apesar do esforço da governação socialista para criar cisões, o PSD tem, na oposição,

assumido uma postura de responsabilidade, apresentando propostas alternativas, tentando contribuir, pela positiva, para uma melhor governação.

Apesar de estarmos na oposição, não hesitamos a assumir as nossas convicções.

Sabemos o que a Educação precisa.

E sabemos o que a Educação dispensa.

A Educação precisa de se libertar do centralismo em redor da máquina ministerial.

A Educação dispensa os ataques irresponsáveis aos professores.

A Educação precisa de uma ruptura que verdadeiramente descentralize para as comunidades locais – para as autarquias, para os pais, para os professores e para outros agentes locais.

A Educação dispensa a demagogia da propaganda, em que se assinam meia dúzia de “contratos de autonomia” para esconder a filosofia centralizadora que grassa no Ministério.

A Educação precisa de apostar na autonomia das escolas, dando-lhes competências para escolher o seu modelo de gestão, o seu projecto educativo, os seus professores, os seus

horários e, em parte, os seus currícula.

A Educação dispensa que o Ministério, na Av. 5 de Outubro em Lisboa, decrete quem pode dirigir cada escola do País, quem são os seus professores, a que horas abre e fecha ou, estabeleça, por exemplo, as normas para a poda dos arbustos em espaço escolar ou para a organização dos cacifos.

A Educação precisa de dar liberdade às escolas para escolherem o seu Director e o seu modelo de gestão.

A Educação dispensa que se aproveite a revisão do Estatuto da Carreira Docente para filtrar o acesso aos órgãos de gestão das escolas, limitando assim, a liberdade dos pais, dos professores, das autarquias e das diferentes comunidades locais.

A Educação precisa de um efectivo e independente sistema de avaliação para as nossas escolas.

A Educação dispensa a ilusão criada por uma pseudo-comissão de avaliação inventada na “clandestinidade” pela Senhora Ministra que se “esqueceu” de incluir o meio envolvente como indicador de avaliação.

A Educação precisa de uma cultura de responsabilidade, de exigência e de rigor.

A Educação dispensa as medidas



“facilitistas” assumidas por este Ministério, de que é bom exemplo a dispensabilidade da disciplina de Filosofia no acesso ao ensino superior.

A Educação precisa de um Ministério isento e que dê confiança aos pais, alunos e professores.

A Educação dispensa um Ministério que, como se viu no triste caso dos exames nacionais do 12º ano, toma medidas grosseiramente irresponsáveis, ilegais e injustas.

A Educação precisa de um

rigoroso modelo de avaliação dos nossos professores, que promova o mérito e reconheça o esforço de tantos profissionais.

A Educação dispensa os expedientes, criados em nome da avaliação, que se limitam a inibir as progressões na carreira.

A Educação precisa que o País motive os nossos professores, dando-lhes autoridade.

A Educação dispensa que se lancem ataques generalizados à dignidade do trabalho desenvolvido

dos nossos professores

A Educação precisa que se valorize, dignifique e prestigie a carreira docente.

A Educação dispensa que se divida esta carreira em Professores titulares e professores de 2ª.

A Educação precisa de estabilidade nas escolas.

A Educação dispensa as decisões, como por exemplo o novo Estatuto da Carreira Docente, assumidas de forma autoritária e prepotente, que não colhem qualquer apoio na

sociedade portuguesa e cujo prazo de validade, consequentemente, é idêntico ao do actual Governo.

Infelizmente, temos recebido do Governo, uma absoluta hostilidade, um completo autismo e uma preocupante prepotência próprios de quem se encontra deslumbrado e se esquece que as maiorias são efémeras e que, em Democracia, a maioria absoluta não é poder absoluto!

(...)

## Intervenção sobre a Violência Doméstica

Deputado Mendes Bota

Assembleia da República, 07 de Dezembro de 2006

(...)

Hoje, ao subir a esta tribuna, num momento que assinala o empenhamento da Assembleia da República no combate à violência sobre as mulheres, incluindo a violência doméstica, e que marca a adesão à campanha do Conselho da Europa, na sua vertente parlamentar,

Entre a solenidade e o coração, opto por libertar esta amálgama de palavras e de sentimentos de um homem que nunca levantou a mão para agredir uma mulher mas, ao dizê-lo sem presunção de casto ou santidade, tem de confessar uma longa indiferença perante os sinais exteriores de um fenómeno que há muito tempo, há muitos séculos, enferma a sociedade paternalista e masculinizada em que temos vivido

Não vos falarei de estatísticas, que outros delas seguramente falarão. Do número de vítimas e de queixas, de abrigos e de centros de acolhimento.

Não vos falarei das mil definições técnicas desta chaga social.

Já vai emergindo em força o conhecimento do calvário do assédio sexual, dos insultos, da humilhação, dos golpes, das violações e dos assassinios, situações agravadas nos casos das mulheres imigrantes, ilegais, traficadas e prostituídas à força.

Compreende-se melhor o ciclo da violência conjugal, que vai do fascínio à tragédia. As suas consequências físicas, mentais e sociais, sobre as mulheres e os seus filhos, testemunhas silenciosas de memória eterna.

Os ciúmes, o isolamento da mulher em relação à família e aos



amigos. A primeira vez. Um homem que bate uma vez bate sempre. A reincidência. O perdão. A promessa. A reincidência. O hábito da violência tornado padrão. O ciclo tornado num círculo vicioso. Mulher em perigo. Saída precisa-se. Informação impõe-se.

Neste dia de respeito parlamentar pela temática da Violência Doméstica que se abate sobre as mulheres, dirijo-me, sobretudo, aos homens do meu

país.

A primeira reacção de muitos deles, provavelmente de muitos dos parlamentares desta câmara, ao constatar o lema da campanha, é a de perguntar: Então? E a violência sobre os homens, não existe também? E disso não falam?

É verdade, a violência física ou psicológica sobre homens também existe. Mas, todos os estudos apontam

no sentido de permanecer um fenómeno bastante minoritário.

Por outro lado, a violência sobre as mulheres, tipifica historicamente uma relação de dominância de um sexo sobre o outro, baseada numa repartição desigual de poder entre homens e mulheres. É um legado de uma sociedade patriarcal, que serviu para discriminar as mulheres, e para prevenir a emergência das suas capacidades em pé de igualdade com os homens, muitas vezes, para controlar e instrumentalizar a sua capacidade reprodutiva e sexual.

E é porque a sociedade actual ainda tende a aceitar, ou a ser permissiva, para com este conceito de dominação, que importa focalizar a questão da Violência Doméstica no seu alvo principal, ou seja, as Mulheres.

Importa sublinhar que o papel dos parlamentos nacionais nesta campanha do Conselho da Europa não é o de se substituir às instituições nacionais ou às ONGs.

Devem ater-se ao seu papel de legisladores por excelência, de monitorização política da aplicação das leis e dos recursos existentes, de procurarem valorizar a componente da defesa dos Direitos Humanos, e procurar temas concretos por explorar e debater, de forma complementar e não concorrencial com as campanhas nacionais em curso.

A nossa atitude, como parlamentares, tem que ser inequívoca, na condenação deste crime, qualquer que seja o seu formato, e na investigação do tratamento das queixas, e do motivo de uma taxa tão baixa de julgamentos e de



policial e social nestes casos, no combate à mutilação genitál feminina, na criminalização da violação marital.

condenações.

E, como legisladores orçamentais, deve ser nossa preocupação também assegurar os meios necessários aos investimentos, ao funcionamento e à implementação de medidas no quadro do Plano Nacional Contra a Violência Doméstica.

Seria útil elaborar uma Listagem de Boas Práticas em matéria de Violência Doméstica, e um Sistema de Indicadores para Medição do grau de Violência Doméstica..

Há trabalho por fazer no campo da aplicação do sistema de vigilância electrónica a agressores, na revisão do sistema de obtenção de prova no contexto da Violência Doméstica, na identificação e estabelecimento de medidas legítimas de intervenção

O s agressores têm que deixar de ser tratados com impunidade, e não lhes deve ser consentido o uso e porte de armas.

Para esta missão, muito contribuirá a constituição do Grupo de Trabalho “Violência Doméstica”, hoje mesmo deliberado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

E a sua primeira tarefa será a de consensualizar, entre todos os Grupos Parlamentares, um Projecto de Resolução a ser aprovado numa das próximas sessões, e que contenha o compromisso solene dos parlamentares portugueses no combate à violência doméstica sobre as mulheres.

(...)

O PSD esteve, desde sempre, na primeira linha deste combate. No Governo, dando continuidade a um trabalho que vinha de trás, e lançando e implementando o II Plano Nacional Contra a Violência Doméstica, ainda em curso, e muito bem.

Hoje, na Oposição, ao lado de todos quantos fazem desta luta, também, um reforço da qualidade da nossa democracia.

Esta tem que ser uma campanha contra mitos, preconceitos e provérbios populares:

Não é verdade que “entre marido e mulher não se mete a colher”. A Violência Doméstica é um crime público, e o nosso silêncio torna-nos cúmplices dele.

Não é verdade que “quanto mais me bates mais gosto de ti”.

Não é crível que os maridos se descontrolem apenas porque as mulheres os provocam

Não é verdade que as mulheres sofrem porque querem, senão já tinham deixado os maridos

Não é verdade que a violência doméstica seja uma característica dos extractos sociais desfavorecidos

Não é aconselhável que uma mulher maltratada agunte um casamento em nome de um pressuposto “bem dos filhos”.

A violência contra as mulheres, atinge em Portugal uma dimensão preocupante, que não nos pode deixar indiferentes. É uma guerra civil subterrânea, com largas dezenas de vítimas por ano, e onde cada crime começa geralmente aos gritos, mas acaba num profundo silêncio.

Daqui lançamos um apelo aos homens de Portugal, para que se consciencializem dos danos que a violência doméstica causa sobre as mulheres, sobre as crianças e sobre a sociedade.

É uma violação grosseira dos Direitos Humanos, mesmo à nossa frente, mesmo ao nosso lado, que perturba a paz e a segurança cívica a que temos direito, e mancha a democracia portuguesa.

## AGENDA PARLAMENTAR

### QUARTA-FEIRA, DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2006, 15:00H

#### PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Agendamento potestativo do PSD  
**Projecto de Lei n.º 320/X (PSD)**  
(Combate à corrupção e defesa da verdade desportiva)

#### VOTAÇÕES no final do debate

### QUINTA-FEIRA, DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2006, 15:00H

#### PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

PERÍODO DA ORDEM DO DIA  
**Debate de interesse político relevante**, requerido pelo Governo  
(Programa de Estabilidade e Crescimento - PEC)

Proposta de Lei n.º 106/X (GOV)  
(Aprova a Lei que procede à reestruturação da concessionária do serviço público de rádio e televisão)

#### VOTAÇÕES às 18h00

### SEXTA-FEIRA, DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2006, 10:00H

#### PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Apreciação Parlamentar n.º 27/X (PSD)  
(Procede à 5.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 296-A/98, de 25 de Setembro, que regula o regime de acesso e ingresso no ensino superior)

#### Discussão conjunta:

**Apreciação Parlamentar n.º 36/X (CDS-PP)**  
**Apreciação Parlamentar n.º /X (PCP)**

(Estabelece o regime jurídico de protecção social na eventualidade de desemprego dos trabalhadores por conta de outrem e revoga os Decretos-Leis n.os 119/99, de 14 de Abril, e 84/2003, de 24 de Abril)

Apreciação Parlamentar n.º 30/X (PCP)  
(Aprova o regime de determinação e verificação do coeficiente de conservação)

**Apreciação Parlamentar n.º 31/X (PCP)** –  
(Aprova o regime jurídico das obras em prédios arrendados)

Apreciação Parlamentar n.º 32/X (PCP)  
(Aprova os regimes de determinação do rendimento anual bruto corrigido e a atribuição do subsídio de renda)

Apreciação Parlamentar n.º 33/X (PCP)  
(Aprova e regula as comissões arbitrais municipais)

Notícias de Évora

# Distrital aprova moções sobre Orçamento do Estado, reforma da Segurança Social e aumento do desemprego

## *Sobre o Orçamento do Estado – 2007:*

O País assistiu à aprovação pela maioria socialista do OGE 2007, que é o 3º orçamento da governação socialista. O PSD considera que se trata do Orçamento da desilusão. Ao contrário do que era esperado, a despesa aumenta em valores absolutos, aumenta em termos nominais e reais (ou seja, descontada a inflação) e, pior ainda, aumenta mais do que se estima aumentar este ano. Aumenta a despesa total do Estado, aumenta a despesa corrente e aumenta a despesa corrente primária, ou seja, sem juros.

Contra todos os discursos oficiais, a despesa do Estado atingirá mesmo, em 2007, o valor mais alto de sempre. Esta é a maior fraude política a que estamos a assistir.

É assim, que o PS de José Sócrates, quer contribuir para o futuro de Portugal: reduzir o défice, mas com o aumento da receita, que vem do agravamento de impostos (ATINGINDO-SE EM 2007 A MAIS ELEVADA CARGA FISCAL DE SEMPRE – 37% do PIB, incluindo as contribuições para a segurança social) e dos cortes no investimento público.

O PSD apresentou, ao contrário do Governo, medidas de política diferentes e alternativas, centradas na diminuição da despesa pública, na equidade e competitividade fiscal, na introdução de selectividade no investimento público.

Infelizmente, para o governo não é assim.

Este é um mau Orçamento para as famílias, para as empresas, para a classe média, para a economia e para o futuro de Portugal.

O Governo socialista quebrou em toda a linha todas as promessas eleitorais que lhe valeram a vitória, desde o aumento de impostos à criação de portagens nas SCUT, passando pelo aumento da idade da reforma, pelo não aumento de taxas moderadoras (o actual ministro da Saúde era contra e chamava-lhe há uns anos taxas punitivas), ou pela criação de emprego.

O Governo enganou também os Portugueses sobre o novo sistema de avaliação do desempenho da Administração Pública, prometido para o final de 2005. Enganou ainda todos os seus trabalhadores quando prometeu “a revisão do sistema de



carreiras dos funcionários públicos” que o Governo se comprometeu a apresentar até Abril de 2006. Manteve o congelamento das carreiras por tempo indeterminado e manteve os funcionários públicos num clima de total incerteza e dúvida quanto ao seu futuro.

Este Governo, em campanha eleitoral falava dos 75 000 funcionários públicos que iam sair, pela aposentação ou pela negociação, e da regra do «saem dois, entra um», de que todos se lembram! Até esta regra o Governo está a quebrar, porque, com a divulgação do Boletim Informativo da Direcção-Geral do Orçamento relativo a Junho de 2006, segundo números do Governo, foram contratados 22.420 funcionários

públicos, e no mesmo período, aposentaram-se 12.254 funcionários, pelo que existe um aumento líquido de 10.166 funcionários ou seja, de quase 90 funcionários por dia; uma situação só comparável ao descalabro de admissões dos governos socialistas do Engº Guterres. Consta-se, assim, que por cada funcionário que saiu entraram dois, o que é exactamente o oposto do afirmado na campanha eleitoral.

Este Orçamento expõe a nu a incapacidade reformadora do Governo e traz à memória os tempos de Governação do Engº Guterres (aquela equipa está no actual Governo!), atacando os Portugueses, com aquela manipuladora máquina de propaganda política por um lado a falar de solidariedade, e por outro

lado afastando cada vez mais o País, e especialmente a Região Alentejo, da média Europeia. O resultado está à vista: hoje, um em cada três alentejanos vive em situação de pobreza.

Em termos do PIB per capita (riqueza por Português) Portugal passará para 19º lugar na União Europeia, pois dentro de 2 anos seremos ultrapassados por Malta e pela Estónia e o Governo do Partido Socialista desperdiça, com o Orçamento de Estado para 2007, mais uma oportunidade de voltar a colocar o país no rumo certo do desenvolvimento económico e social, a par dos nossos parceiros europeus.

O investimento do Estado, no distrito de Évora sofre um corte de 22% para o próximo ano (2007), com concelhos sem qualquer investimento, o que acontece pela primeira vez desde que há memória de divulgação de tais valores. Os concelhos do interior do país, sofrendo de desertificação acelerada, de envelhecimento populacional e de dificuldades de captação de investimento industrial, ficarão ainda mais debilitados com a ausência de investimento do Estado na criação e melhoria das infra-estruturas e serviços de apoio à mobilidade, à educação, à saúde, à terceira idade.

Este é o resultado de orçamentos de conjuntura sem ter em atenção o relançamento da economia, sem o choque de Gestão que o PSD anunciou várias vezes, como urgente, e de que só agora timidamente começa o Governo a falar.

## Reforma da Segurança Social

O Governo do PS aprovou sozinho, na AR, a “Reforma da Segurança Social”. Tratando-se de uma área da governação que é essencial para o futuro destas e das próximas gerações, deveria ter sido procurado um entendimento alargado entre Governo e Oposição, justificando mesmo, pela importância do seu impacte, a celebração de um pacto de regime, como insistentemente propôs o PSD.

Trata-se de uma reforma de grande alcance, que afecta os direitos e os interesses de todos os cidadãos e que atravessa várias gerações. Por essa

razão, é inconcebível observar a mais que evidente insustentabilidade do sistema, no futuro, apesar da reforma aprovada unilateralmente, a qual apenas adia a falência do sistema por mais 15 ou 20 anos, por teimosia e arrogância de um governo que se julga detentor da verdade, pelo facto de ser detentor de uma maioria política.

A ideia de que só há uma solução e um caminho para reformar a segurança social, não faz sentido, pois o interesse nacional exigiria um debate sério, despojado de demagogia política, na procura da melhor solução. O país merece mais informação e aprofundada discussão sobre quais as medidas que contribuem para a sustentabilidade da segurança social e quais as que são políticas avulsas de saneamento financeiro as quais, sendo necessárias para reduzir a despesa pública a curto prazo (redução de pensões e de direitos), provocam no entanto perdas financeiras e sociais significativas para os futuros pensionistas, em particular para as gerações mais novas.

A solução escolhida pelo Governo apenas garante a certeza de que serão inevitáveis no futuro mais cortes de pensões combinadas com aumento de impostos, perante uma mais que previsível inevitável ruptura financeira do sistema.

## Aumento do desemprego de quase 5 mil pessoas em Outubro, relativamente ao mês anterior

A cada dia que passa, aumenta o número das centenas de multinacionais que vão trocando Portugal por outros países, lançando milhares de trabalhadores no desemprego.

O desemprego já ultrapassa meio milhão de portugueses que só não surgem nas estatísticas porque mais de 90.000 portugueses já desistiram de procurar emprego num país de onde o investimento estrangeiro todos os dias foge rumo a outros países e onde as pequenas e médias empresas vivem um agonizante quotidiano, afogadas nas dívidas de um Governo mau pagador e nos impostos que aumentam na mesma progressão das promessas eleitorais socialistas da sua redução.

O desemprego continua a aumentar a cada mês nos mais jovens e com mais qualificações, ao ritmo de 5% por cada mês relativamente ao mesmo mês do ano anterior, afectando principalmente os jovens professores, dependentes de um

Estado que não lhes assegura o emprego que lhes prometeu. São mais de 50.000 os licenciados que hoje procuram emprego em Portugal, sem sucesso.

Numa altura em que o desemprego continua a aumentar, o Governo socialista, desprovido de sensibilidade social, decide alterar as regras de acesso e garantia do Subsídio de Desemprego, agravando as dificuldades financeiras que já afectam uma boa parte das famílias portuguesas.

## Viabilizado o Orçamento da Câmara de Évora para 2007 com as várias propostas introduzidas pelo PSD

As Grandes Opções de Plano para 2007, à semelhança das apresentadas em 2006, encontram-se desde logo limitadas por opções e compromissos assumidos nos anos anteriores, sobretudo na fase final do anterior mandato.

A ausência de um Plano Estratégico para Évora, que proposto pelo PSD em 2006 e recusado pela vereação socialista, condicionou quer a apreciação das propostas apresentadas quer a formulação de novos projectos, pois estes não podem surgir de uma forma solta. Temos que saber, todos, onde estamos e, sobretudo, para onde queremos levar o concelho.

É perante esta realidade que o PSD reapresentou, como iniciativa formal de novo projecto, a proposta de elaboração do Plano Estratégico de Évora em 2007, proposta que foi aceite e integra o Plano de Actividades da CME para 2007.

Enquanto este documento, vital para a cidade e para o concelho não estiver concluído, será difícil articular políticas de desenvolvimento sustentadas.

Porém, porque não é possível nem desejável esperar inactivos pela sua elaboração, o PSD apresentou algumas propostas de reafecção dos recursos financeiros, num orçamento que, continua a parecer excessivamente ambicioso, no lado da receita.

O PSD deu particular ênfase aos avanços dos trabalhos no Aeródromo Municipal de Évora, concluindo as suas mais importantes intervenções, de forma a poder tornar esta infraestrutura verdadeiramente atractiva e competitiva no espaço nacional.

Em simultâneo, valorizou-se o avanço do Parque de Feiras e Exposições, iniciando-o em 2007 e antecipando em um ano a

programação apresentada para a sua conclusão.

A melhoria dos acessos rodoviários e a criação de estacionamento constituíram a terceira preocupação das propostas do PSD.

O PSD apresentou um conjunto

de outras pequenas alterações, com menos impacto financeiro que as anteriores, mas feitas na convicção de que, dessa forma, estará a servir melhor os Municípios, apesar da contenção orçamental a que o município está obrigado. – PD/Évora, PL

## Notícias de Alijó

# “Sala cheia” no jantar de Natal promovido pela CPS



Realizou-se, no passado fim-de-semana, o habitual Jantar de Natal do PSD de Alijó.

O jantar decorreu no Restaurante “O Gordo”, na Zona Industrial, tendo comparecido algumas centenas de militantes e simpatizantes do Partido, que encheram por completo as salas.

O repasto reuniu os sociais-democratas do concelho, contando com a presença dos eleitos locais, Vereadores, Deputados Municipais, Presidentes de Junta e membros das Assembleias de Freguesia, que confraternizaram em ambiente descontraído e animado.

O Jantar de Natal contou ainda com uma intervenção de Miguel Rodrigues, presidente da Concelhia laranja e Vereador da Câmara de Alijó, que aproveitou para fazer um balanço da vida política no Concelho, neste ano.

Miguel Rodrigues destacou o trabalho desenvolvido, neste início de mandato, destinado a fazer crescer o Partido, renovando os órgãos locais, aumentando o número de militantes e melhorando a sua implantação no concelho, sem esquecer uma oposição eficaz e responsável ao poder camarário socialista.

O Vereador prometeu, para 2007 uma oposição na Câmara, ainda mais firme e determinada, garantindo intervenções em áreas essenciais como a economia local, política educativa, segurança, saúde e uma atenção particular à actuação camarária, no sentido de exigir rigor e transparência.

No final, foram endereçados a todos os presentes, votos de boas festas. – CPS/Alijó

## Notícias da Guarda

## A Câmara aprova moção pela continuidade da Polícia Judiciária na cidade

A Câmara da Guarda aprovou por unanimidade uma moção a defender a manutenção da Polícia Judiciária (PJ) na cidade e decidiu pedir explicações ao ministro da Justiça sobre a reestruturação prevista para a instituição a nível nacional.

A autarquia, presidida pelo socialista Joaquim Valente, aprovou por unanimidade uma moção apresentada pelos três vereadores do PSD (Ana Manso, José Gomes e João Bandurra), onde é defendida a continuidade do Departamento de Investigação Criminal (DIC) da PJ da Guarda.

Na moção, a Câmara da Guarda apresenta como argumentos para a manutenção da PJ na cidade a proximidade da fronteira com Espanha e a existência de instalações “adequadas e funcionais”.

A proposta foi apresentada “considerando as declarações públicas do ministro da Justiça”, segundo as quais “na Zona Centro ficará apenas uma Diretoria da PJ e as notícias públicas”, em que é dado “como certo o encerramento da PJ da Guarda”, justificou a vereadora do PSD Ana Manso.

O executivo deliberou questionar o ministro da Justiça, Alberto Costa, “sobre a reestruturação da PJ na Zona Centro” e alertar o governante para a necessidade da manutenção do DIC da Guarda, atendendo às “condições de excelência” existentes.

A eleita do PSD refere que a PJ possui “óptimas instalações físicas, construídas de raiz para o efeito, sendo, portanto, adequadas e funcionais”.

Em seu entender, tendo em conta a posição geo-estratégica da Guarda e o apetrechamento técnico e de equipamento “do mais moderno e operacional” que existe, a Judiciária deve manter-se na cidade mais alta do país.

O presidente da Câmara concordou com a moção apresentada pelos eleitos da oposição, mas adiantou que o secretário de Estado Adjunto e da Justiça, Conde Rodrigues, lhe garantiu que “se falava numa reorganização dos órgãos, mas os serviços não seriam abrangidos”.



As instalações localizadas na Praceta Nuno de Montemor foram inauguradas em Outubro de 2004, representando um investimento de 2,2 milhões de euros.

A área territorial e de acção do DIC da PJ da Guarda abrange as comarcas de Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Gouveia, Guarda, Meda, Pinhel, Sabugal, Seia, Trancoso e Vila Nova de Foz Côa (distrito da Guarda), Covilhã e Fundão (distrito de Castelo Branco). - **Fonte: -SD/GUarda**

## Notícias de Leiria

## Autarca de Ansião candidata-se à Distrital

O presidente da Câmara Municipal de Ansião, Fernando Marques, vai candidatar-se no início de 2007 à liderança da Comissão Política Distrital de Leiria do PSD, para um mandato que se prolongará até 2009, foi anunciado esta semana.

Na sua candidatura, Fernando Marques terá a seu lado outros presidentes de Câmara, como Fernando Costa (Caldas da Rainha), Narciso Mota (Pombal), João Gomes Marques (Pedrógão Grande) e José Gonçalves Sapinho (Alcobaça), que se recandidata a presidente da Mesa da Assembleia Distrital do partido. José António Silva, recém-eleito presidente da Concelhia de Leiria do PSD, integra também a lista do autarca de Ansião.

A candidatura de Fernando Marques, hoje anunciada pela Distrital, pretende reforçar “a coesão interna e mobilização do PSD para a defesa intransigente dos valores e aspirações das populações da região”.

A Distrital de Leiria do PSD é liderada actualmente pela presidente da Câmara Municipal de Leiria, Isabel Damasceno. - **Fonte SPD Leiria; Lusa**



## Notícias de Cascais

## Aprovado o orçamento para 2007 com voto contra PS e abstenção CDU

A Câmara de Cascais aprovou, com um voto contra do PS e uma abstenção da CDU, o orçamento para 2007, no valor de 167,4 milhões de euros, que procura equilibrar as contas da autarquia.

Manter o equilíbrio orçamental e aumentar o investimento autárquico em 50 milhões de euros são objectivos da autarquia, cujo orçamento de 2007 sofreu uma redução de nove milhões de euros relativamente ao de 2006, refere um comunicado da câmara, presidida por António Capucho.

Entre as prioridades incluídas no plano de actividades para 2007, no montante de 80 milhões de euros (mais 30 milhões do que em 2006), contam-se o desenvolvimento da rede viária, a construção e manutenção de espaços verdes e a construção de infra-estruturas nas áreas da educação e cultura. - **CMC**

Notícias de Lisboa

# Última Hora: Orçamento municipal para 2007 passa na reunião de Câmara

Pouco antes da hora de fecho desta Edição Semanal, era conhecida a decisão sobre a controvérsia do Orçamento Municipal para 2007.

Após uma longa reunião na manhã de segunda-feira, a proposta do Orçamento e Grandes Opções do Plano foi posta a votos, tendo o PS, PCP e Bloco de Esquerda votado contra. O CDS-PP declarou a sua abstenção e Carmona Rodrigues exerceu o seu voto de qualidade, de forma que as propostas foram aprovadas.

Terminou assim, com uma vitória clara do executivo municipal, a “questão do Orçamento de Lisboa” que nos últimos dias tinha ocupado largo espaço nas páginas dos jornais e outros “media”.

É até certo ponto estranha a oposição levantada a este Orçamento,

imobiliário”, de 138 para 95 milhões; as despesas fixas com o pessoal dos quadros apenas sobem na medida da Lei Geral e o pessoal em regime de tarefa ou avença, é reduzido a metade.

– Povo Livre, LR

**Carmona Rodrigues, em vésperas da decisão sobre o Orçamento para 2007, lembra a “responsabilidade” individual de vereadores**

O presidente da Câmara de

orçamento para 2007 da Câmara de Lisboa parece depender do voto da vereadora do CDS-PP Maria José Nogueira Pinto, com quem o PSD rompeu em Novembro a coligação pós-eleitoral que garantia a maioria absoluta aos dois partidos.

Com o fim da coligação de direita, o PSD ficou reduzido a oito vereadores, contra nove elementos da oposição (cinco do PS, dois da CDU, um do Bloco de Esquerda e uma do CDS-PP), pelo que o executivo social-democrata vai necessitar do voto favorável ou da abstenção de algum elemento da oposição, para viabilizar o orçamento.

A discussão do orçamento estava prevista para segunda-feira passada mas a reunião foi adiada para a segunda-feira desta semana (24 horas antes do fecho do “Povo Livre”) por decisão do Presidente, para que os vereadores pudessem analisar “em pormenor” o documento e eventualmente apresentar propostas de alteração.

A decisão de Carmona Rodrigues surgiu depois de, na semana passada, Maria José Nogueira Pinto (CDS-PP) ter pedido ao presidente do município lisboeta que adiasse a discussão final e a votação do orçamento, mostrando-se disponível para apresentar propostas de alteração do documento.

Quarta-feira, a vereadora enviou a Carmona Rodrigues uma proposta para ser agendada para a reunião extraordinária de segunda-feira, que pretende introduzir alguns artigos no documento proposto pelo PSD.

Para Carmona Rodrigues, estes contributos “vão na linha daquilo que são também os objectivos” do executivo camarário.

Manifestando-se “confiante” na aprovação das contas camarárias para o próximo ano, um instrumento “fundamental para a gestão da cidade”, Carmona Rodrigues mostrou-se disponível para governar a cidade, se necessário, com o orçamento do ano anterior – como determina a Lei em vigor - recordando que esta era a situação, quando chegou à Câmara em 2005, depois de a esquerda ter inviabilizado o documento na Assembleia Municipal.

E assegurou que permanecerá em funções, mesmo na eventualidade de reprovação do Orçamento.

“Temos um compromisso muito firme com o eleitorado de Lisboa para quatro anos e temos muita coisa para

fazer nestes três anos que ainda faltam”, salientou.

O orçamento para 2007, será de “rigor e contenção”, segundo Carmona Rodrigues.

**Vice-presidente Fontão de Carvalho afirma diz que os projectos a realizar com as verbas a receber do Casino, estão definidos**

O vice-presidente da Câmara reafirmou hoje que as verbas da exploração do Casino serão aplicadas na recuperação de um teatro no Parque Mayer e do pavilhão Carlos Lopes e na construção do novo Museu dos Coches.

O vice-presidente da autarquia lisboeta, Fontão de Carvalho reagiu assim às declarações do ministro da Economia, Manuel Pinho, que afirmou hoje que o Governo ainda não transferiu para a Câmara as verbas resultantes da exploração do Casino Lisboa, por estarem a ser estudados “projectos concretos” para aplicação dessas verbas.

Nos termos da concessão da exploração do casino, no Parque das Nações, o Estado receberá até ao final do ano cerca de 8,2 milhões de euros do grupo Estoril-Sol, dos quais uma parte é destinada à autarquia da capital para o desenvolvimento de equipamentos culturais e turísticos.

Fontão de Carvalho, em declarações à Lusa, referiu que “as contrapartidas iniciais destinam-se a um teatro do Parque Mayer, à recuperação do pavilhão Carlos Lopes e ao Museu dos Coches, que faz parte do projecto Belém Redescoberta”.

“É o que temos vindo a acordar com o Governo nesta matéria”, sublinhou.

Além das contrapartidas iniciais, no valor de 30 milhões de euros, existem contrapartidas anuais, que, segundo o autarca, estão dependentes de regulamentação do Governo.

“A regulamentação do Governo, identificando como vai funcionar a aplicação prática das verbas, ainda não saiu”, explicou o também vereador com o pelouro das Finanças.



pois nestes tempos de rigor e austeridade, este documento consigna despesas de 798,8 milhões de Euros (e igual receita), valor substancialmente inferior ao deste ano, que somava 896,9 milhões. Com uma diminuição da ordem dos 98.1 milhões de euros, apesar de um substancial aumento de encargos no serviço da dívida, resultantes principalmente de ter terminado o período de carência de obrigações assumidas noutro exercício muito anterior, este é claramente um orçamento de contenção, que prevê ainda uma substancial diminuição nas dívidas a curto prazo.

Como exemplos, as despesas com a Presidência e órgãos adstritos, passam de 6,6 milhões para 4,8 milhões; a rubrica “património

Lisboa, António Carmona Rodrigues, lembrou no Sábado, a “responsabilidade” individual dos vereadores que serão chamados na segunda-feira - esta notícia é de Domingo – a votar o Orçamento camarário, instrumento determinante para o “serviço prestado” pelo município a “milhares de pessoas”.

“As pessoas têm que ser muito responsáveis sobre seu o sentido de voto. Com toda a liberdade, mas também com toda a responsabilidade. O Orçamento é uma peça fundamental da gestão e o que está em causa é o serviço prestado a muitos milhares de pessoas”, disse o autarca, à margem de um encontro em Lisboa, de dirigentes autárquicos do PSD.

Depois da oposição de esquerda ter anunciado que rejeitará o documento, a viabilização do



Fontão de Carvalho sublinhou que a autarquia tem “um conjunto de obras que poderiam beneficiar das contrapartidas anuais”, como o futuro Museu do Design e da Moda, a recuperação do Cinema São Jorge e a compra do Pavilhão de Portugal, no Parque das Nações, que dependem da regulamentação governamental.

O autarca adiantou que a aplicação destas contrapartidas anuais poderá ser definida por uma “comissão de obras”, à semelhança do que acontece com as verbas da concessão do jogo do Casino Estoril.

“É esse o modelo que existe, esperamos que seja um modelo semelhante”, disse, defendendo que “essa regulamentação é urgente”.

Nessa hipotética “comissão de obras” teriam assento, além do Governo e da autarquia lisboeta, a Associação de Turismo de Lisboa e o Instituto de Turismo, acrescentou.

O ministro da Economia, Manuel Pinho, declarou-se surpreso com uma notícia avançada hoje pelo jornal Diário Económico, que coloca a hipótese de as verbas só serem transferidas para a Câmara de Lisboa em 2009, quando o grupo Estoril-Sol pagar ao Governo a totalidade dos 30 milhões de euros pela concessão da exploração do Casino.

Também Fontão de Carvalho



afirmou à Lusa que “o Governo nunca colocou a questão das verbas só serem transferidas em 2009”.

De acordo com o Diário Económico, que cita o presidente da Estoril-Sol, Assis Ferreira, a concessionária do casino pagou ao

Estado contrapartidas no valor de 7,5 milhões de euros, em Novembro de 2003, um montante que está retido no Turismo Portugal, antigo Instituto de Turismo de Portugal.

Segundo o responsável da empresa, citado pelo jornal, a Estoril-

Sol terá de pagar até ao final do ano mais 8,2 milhões de euros. Ainda ninguém conseguiu explicar a retenção dos 7,5 milhões, a não ser que esse dinheiro esteja a render juros de que beneficia o Turismo Portugal... - Lusa, Povo Livre

## Notícias de Loures

# PSD afirma que o orçamento da Câmara para 2007 é “desequilibrado”

O vereador do PSD na Câmara de Loures, o economista e Deputado Miguel Frasquilho, severamente o orçamento da autarquia socialista, que foi reprovado pela oposição na semana passada, considerando que o “chumbo” se deve a que o documento é “desequilibrado” e faz “cortes cegos no investimento”.

O orçamento e o plano de actividades para a autarquia de Loures em 2007 foram chumbados em reunião de câmara privada na semana passada pelos dois vereadores do PSD e os quatro da CDU, contra os cinco votos favoráveis do PS.

Na altura, nenhum elemento do executivo fez declarações à comunicação social.

Em conferência de imprensa, Miguel Frasquilho afirmou que o orçamento apresentado pela autarquia liderada por Carlos Teixeira (PS), “assenta em mais despesa corrente, em mais impostos e em cortes cegos no investimento”.

“O orçamento para 2007 é desequilibrado porque surge com uma despesa corrente de 65 por cento (79,5 milhões de euros) para uns meros 34,60 por cento (42,1 milhões de euros) de despesa capital, em que só 27,24 por cento (33,1 milhões de euros) respeitam à aquisição de bens de investimento, que desce 13,5 por cento face a 2006”, disse o vereador social-democrata.

O vereador dá como exemplo o facto de, no plano de actividades, o desenvolvimento económico e abastecimento público ter uma dotação orçamental semelhante à rubrica das vistorias a elevadores, com 101 mil euros e 100 mil euros, respectivamente.

A única medida prevista para 2007 que os sociais-democratas consideram ser “reformista” é a revisão do Plano Director Municipal (PDM), mas acusam a autarquia de estar a discriminar a freguesia da Portela, gerida pelo PSD.

Quanto à nova proposta de orçamento e plano de actividades a ser apresentada pelo executivo, o também vereador do PSD Paulo Guedes da Silva afirmou que o partido a irá analisar, mas só a aprovará caso passe a contemplar “reformas estruturantes” em áreas como a educação, o desenvolvimento económico e a acção social.

Paulo Guedes da Silva salientou ainda a disponibilidade manifestada pelos vereadores sociais-democratas para debater os dois documentos apresentados antes da votação, a que o executivo socialista não respondeu, disse. – Fontes PSD/Loures e Lusa.



## Alberto João Jardim acusa juízes do TC de colaborarem com “ataque colonialista” do PS

O presidente do PSD-M, Alberto João Jardim acusou, no sábado passado, os juízes do Tribunal Constitucional de colaborarem na agressão “colonialista” do Governo da República contra a Região Autónoma da Madeira.

Ao discursar na festa de Natal dos sociais-democratas madeirenses, Alberto João disse que a Madeira está “perante o maior ataque colonialista desde que a Constituição em 1976 estabeleceu a autonomia política da Madeira”.

“Esse ataque colonialista é feito com violação da Constituição, é feito com violação do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma e é feito contando com as posições políticas dos juízes do Tribunal Constitucional”, acrescentou.

As declarações surgem pouco mais de um mês depois de o líder nacional do PSD, Marques Mendes, anunciar no Funchal que o partido pediria “a apreciação prévia da constitucionalidade do diploma”.

“Se a lei for aprovada como está, se o governo teimar em não fazer alterações, se se mantiverem as inconstitucionalidades já detectadas, os deputados do PSD pedirão de imediato ao Tribunal Constitucional a apreciação prévia da constitucionalidade desta lei”, declarou na altura o líder do PSD.



A Lei foi aprovada dia 30 de Novembro na Assembleia da República pelo P S e com a abstenção do CDS/PP.

O PSD-M considera que a lei está ferida de inconstitucionalidade por atentar contra o Estatuto Político Administrativo - uma lei para-constitucional - ao não cumprir o preceito que estabelece que o valor das transferências do Orçamento de Estado não podem ser inferiores às do ano anterior.

Para 2007, as transferências do Estado para a Madeira levam um corte de 34 milhões de euros.

João Jardim alertou para os tempos difíceis que a Madeira vai ter de enfrentar, mas pediu “cabeça fria” mas sem “palavrinhas doces” porque o momento é de “luta contra o Governo de José Sócrates”.

Referiu que o adversário principal está definido - “o inimigo número um do Povo madeirense é o senhor Sócrates, o Senhor Santos e seus colaboracionistas”.

“Nós vamos participar em todas as lutas políticas, em todas as lutas sociais, em tudo o que seja desencadeado para ajudar a derrubar o Governo Sócrates” disse.

Segundo a organização, o jantar de Natal do PSD-M contou com quase 2.000 participantes. – Fontes: Lusa, PSD/Madeira

## Atentado de Camarate foi há 26 anos: Distrital de Setúbal evoca Sá Carneiro

A Assembleia Distrital de Setúbal do PSD evocou segunda-feira a memória de Sá Carneiro, fundador do Partido Social-Democrata e Primeiro-Ministro de Portugal, que faleceu há 26 anos, vítima de atentado. Na ordem do dia, estiveram ainda as preocupações dos sociais-democratas relativamente às questões do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida (POPNA), a co-incineração e o encerramento da fábrica Alcoa.

A política de descentralização da realização das Assembleias Distritais do PSD, que tem sido levada a cabo pela actual Comissão Política Distrital, presidida por Bruno Vitorino, levou os sociais-democratas

a Sesimbra para debaterem os assuntos mais relevantes do panorama distrital.

Esta Assembleia ficou marcada, sobretudo, pela evocação de Sá Carneiro, que faleceu há 26 anos no atentado de Camarate. Neste âmbito, foram ouvidos testemunhos de várias personalidades sociais-democratas do Distrito que conviveram com o fundador do PSD.

Dos vários assuntos debatidos, importa destacar três moções apresentadas sobre o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida (POPNA), a co-incineração e o encerramento da fábrica Alcoa, respectivamente.

Relativamente ao POPNA, aprovado pelo Governo PS, Francisco Luís, presidente da CPS de Sesimbra, considera que o mesmo não teve em consideração a opinião das populações, acrescentando que não interioriza uma política de preservação ambiental coerente e verdadeiramente sustentável.

O PSD defende que a preservação do Parque Natural da Arrábida passa pela regulamentação eficaz do próprio parque, sem colocar em causa inúmeras actividades económicas, vitais para o desenvolvimento económico dos concelhos e para a sustentabilidade de vida das

populações, nomeadamente, no que concerne à actividade da pesca.

O PSD opõe-se a este POPNA, exigindo ao Governo a sua imediata suspensão, devendo o mesmo ser alvo de um processo de verdadeira participação e auscultação das populações.

O PSD pretende ainda ver elaborado um documento que vise compatibilizar a defesa do nosso património natural com a necessária salvaguarda das actividades económicas tradicionais há muito existentes.

Na moção relativa ao processo da co-incineração, Jaime Puna,



coordenador do Grupo de Trabalho do Ambiente da CPD, lembrou que no Governo do PSD foi definida uma estratégia alternativa para o tratamento de quase todos os resíduos industriais, incluindo os perigosos, a qual foi considerada adequada e aceite, na generalidade, pela população, pelos ambientalistas e pela comunidade científica e que consiste na implementação dos Centros Integrados de Recuperação e Valorização Energética de Resíduos (CIRVER).

A implementação da co-incineração de RIP em pleno Parque Natural da Arrábida constitui um contra-senso e uma aberração. O Parque Natural da Arrábida é actualmente uma área protegida, que faz parte integrante da REDE NATURA 2000 (rede ecológica europeia de zonas sensíveis), que visa proteger as espécies de fauna e flora, os seus habitats e todo o seu património natural vasto e riquíssimo, estando algum dele, classificado como raro e, como tal, é incompatível com a localização de uma unidade de co-incineração de resíduos perigosos.

A implementação da co-incineração de RIP no PNA, muito próximo da cidade de Setúbal vem enfraquecer a aposta estratégica do turismo e é contraditória com a revitalização da actividade turística nesta zona, sendo descaracterizadora da paisagem e do ambiente socio-económico existente nesta região.

Os sociais-democratas aprovaram um voto de rejeição categórico à co-incineração, apelando ao Governo para que reconsidere a sua posição e decida dar seguimento à estratégia de implementação dos CIRVER.

O PSD defende ainda, com efeitos imediatos, o cessar dos testes de RIP que começaram esta semana na Sécil.

Noutra moção, apresentada por Paulo Edson, presidente da CPS Seixal, foi manifestada a preocupação dos sociais-democratas, na sequência de informações que dão conta do encerramento da unidade de

cablagens da AFL Alcoa, situada no Seixal, nomeadamente sobre a hipótese de despedimento de 480 trabalhadores por via do fecho dessas instalações.

Tendo em conta esta situação, juntamente com a importância que este tipo de unidades fabris tem para o desenvolvimento económico-social do distrito de Setúbal, o PSD exige ao Governo PS que envide todos os esforços com vista a evitar o encerramento da AFL Alcoa.

O PSD manifesta ainda a sua profunda solidariedade para com todos os trabalhadores da Alcoa e seus familiares.

Estas três moções foram aprovadas por unanimidade pela Assembleia Distrital de Setúbal do PSD.

## PSD e PS chumbaram orçamento da maioria CDU na Câmara Municipal

Os partidos da oposição na Câmara de Setúbal, PSD e PS, chumbaram o orçamento da autarquia para 2007, de 87,4 milhões de euros, devido ao aumento de despesas correntes e a uma previsão de receitas que consideram irrealizável.

A proposta de orçamento, apresentada pela maioria relativa da CDU, obteve a penas quatro votos favoráveis da actual maioria CDU, e cinco votos contra, dos dois eleitos do PS e dos três vereadores do PSD.

Apesar de reconhecerem o esforço de contenção da proposta orçamental apresentada pela maioria comunista, que tem de fazer face a um endividamento global de 63,4 milhões de euros, os autarcas da oposição defenderam que a autarquia deveria ter efectuado cortes mais drásticos nas despesas correntes.

Por outro lado, acusaram a CDU de ter apresentado uma previsão de

receitas de 30 milhões de euros através da venda de habitação social e da alienação de terrenos.

“A CDU não conseguiu explicar como vai financiar este orçamento”, disse o vereador social-democrata Paulo Valdez, que defendeu a necessidade de medidas mais drásticas para reduzir as despesas.

“Não podemos continuar a aprovar orçamentos inviáveis”, acrescentou o edil social-democrata, que também criticou a ausência de novos investimentos que contribuam para melhorar a qualidade de vida dos setubalenses.

As críticas do social-democrata Paulo Valdez foram corroboradas pelo vereador socialista Ilídio Ferreira, que advertiu para o perigo de um aumento das dívidas e da insolvência do Município.

“Se não reduzir as despesas, a Câmara Municipal de Setúbal corre o risco de se tornar insolvente daqui a três ou quatro anos”, disse Ilídio Ferreira, que também criticou a previsão de uma receita de 30 milhões de euros através da alienação de património.

“Em 1999, que foi o melhor ano em termos de venda de património, a Câmara de Setúbal realizou apenas 3,5 milhões de euros”, lembrou o autarca socialista, que considerou “irreal” a perspectiva da maioria comunista de obter uma receita de 30 milhões de euros com a venda de habitação e de terrenos em 2007.

Após a reprovação da proposta de orçamento para 2007, a Câmara de Setúbal anunciou a realização de uma conferência de imprensa da presidente Maria das Dores Meira, que terá lugar quinta-feira, pelas 14:30, no salão nobre dos Paços do Concelho. – CPD/PSD- Setúbal

## Semana temática da formação e inserção profissionais da JSD de Setúbal

A JSD do Distrito de Setúbal abraçou esta Semana Temática com a convicção de que só ouvindo as pessoas e as instituições que actuam diariamente neste Sector, podemos de forma sério, coerente e responsável, diagnosticar a realidade que temos, para não deixarmos de apresentarmos propostas sobre a realidade que queremos.

Esta Semana Temática, no âmbito do nosso Projecto Autárquico “É Por Ti”, que foi dedicada à Formação e Inserção Profissional, serviu para contactar os agentes intervenientes e perceber, no terreno, como funcionam e que tipo de interligação existe, num sistema, que a nosso ver, só funcionará se for flexível, transparente, abrangente e coordenado.



A realidade mostra que um punhado de boas vontades, de experiências conjunturais, parciais ou de acções desgarradas neste Sector, não ajudam a criar uma solução estrutural que seja consistente a médio/longo prazo. Aliás, aquilo que constatámos é que na realidade, a conjugação de esforços dos diversos agentes não existe, e que o Governo (a nível Central e Local) não tem procurado que esta se concretize.

Para mais, temos um Governo que teve como uma das principais bandeiras eleitorais a criação de 150 mil postos de trabalho, sem que, até hoje, esta promessa tenha passado de mais do que um dos versículos do Evangelho da Mentira com que enganam os Portugueses.

Hoje, é evidente, temos uma situação de falta de ligação entre o lado da oferta e da procura no mercado de trabalho, originando situações de pleno emprego em alguns sectores de actividade e graves situações de desemprego noutras. É que não pode haver equilíbrio no mercado do trabalho quando não existe dinâmica.

Uma realidade que existe há muito tempo, e que é consequência de uma forma demasiado individualista de organizar e viver a sociedade e que leva a que haja falta de interesse em conhecer a realidade na sua totalidade, dando-se apenas destaque e importância ao contexto que imediatamente nos influencia e afecta.

E esse é um primeiro erro da Sociedade, e no caso como se aborda o problema do Desemprego em Portugal.

É que ele não é apenas um problema em si mesmo, sendo sim uma consequência de não radiografarmos, e pensarmos, os problemas da Sociedade na sua globalidade e no “ambiente” em que ocorrem, para que as soluções criadas tenham em conta todos os vectores que influenciam a montante e aqueles que deles dependem a jusante.

O problema do Desemprego não começa na falta de oportunidades de emprego. Começa exactamente no momento em que começamos a formar os nossos jovens, e na forma como desejamos enquadrá-los quanto



ao seu futuro papel como profissionais e cidadãos de pleno direito. E nesta área é fundamental que, de uma vez por todas, o Sistema Educativo se organize a pensar nos melhores interesses dos alunos e não apenas no dos seus profissionais, que de tão corporativistas acabam por se colocar no centro de um Sistema, em que definitivamente eles devem ser considerados um meio e nunca, como muitos defendem, como um fim.

É que temos hoje um Sistema de Ensino que não informa correctamente os seus alunos sobre quais as potencialidades de cada área de formação, as suas saídas profissionais, o seu nível de empregabilidade, enfim que consiga não só mostrar qual os objectivos finais do potencial percurso académico, mas mais importante, se existe capacidade de nessa altura ter lugar no mercado de trabalho.

Assim, é impossível dissociar Educação de Emprego, pelo que não podemos pensar apenas em criar condições para que a Procura no Mercado de Trabalho cresça, sem que na Área Educativa se estude quais as áreas de formação que podem

potenciar uma mais correcta inserção profissional, e aquelas onde já não há possibilidade de empregar novos profissionais (e durante quanto tempo esta saturação será sentida). Esta interligação é fundamental, ajudando a perceber quais os cursos (licenciaturas ou não) que têm um nível de empregabilidade elevado, sob pena de continuarmos a formar jovens para engrossar o exército do desemprego.

É por isso que, mais do que continuarmos a encher a boca com promessas vãs ou ideias disparatadas, a JSD vem com esta Semana Temática procurar, de forma responsável, contribuir para alterar este estado de coisas.

É nesse sentido que, depois de visitar mais de uma dezena de instituições, entre centros de emprego, centros de formação profissionais, escolas profissionais, estabelecimentos de ensino, associação empresarial e empresas, a JSD está em condições de apresentar algumas conclusões e propostas.

Porque acreditamos que a Política só faz sentido com responsabilidade, credibilidade, e apostada em

desenvolver propostas que possam encontrar as soluções adequadas para os problemas que existem, e desgraçadamente, subsistem.

É por isso que a JSD do Distrito de Setúbal, e em jeito de conclusões, apresenta algumas propostas:

- Reformulação do actual Observatório Nacional de Emprego e Formação Profissional, abandonando o seu actual carácter de órgão consultivo, para passar a ser um organismo tutelado pelo Ministério do Trabalho, e com a responsabilidade de recolher a informação sobre os níveis de empregabilidade por sectores, disponibilizando estes dados, através da divulgação pública junto das escolas a partir do 9º ano de escolaridade;

- Com a criação de uma Matriz Estatística uniformizada, que permita fazer o acompanhamento de todos os formandos (em qualquer nível de ensino) nos 2 anos subsequentes ao término da sua formação, por forma a avaliar se conseguiram colocação na área onde se especializam, ou não; à semelhança do acompanhamento que é, hoje, dado no Programa

Aprendizagem ministrado pelo Instituto de Formação Profissional;

- Este Observatório seria acompanhado, pela institucionalização de Observatórios Municipais de Emprego, fomentados pelas Autarquias, que permitissem a interligação entre os vários agentes deste sector, e que pudessem potenciar a definição de linhas estratégicas regionais, ao nível das necessidades do mercado de trabalho e das áreas preferenciais de formação;

- Com a Flexibilização das Áreas de Formação ministradas, em qualquer área de Ensino, abrindo-se vagas consoante as necessidades reais do Mercado; e também Com a criação de Prémios de Integração ao 1º Emprego;

Só assim o Governo assume, convenientemente, o seu papel de regulamentar, gerir, e eventualmente corrigir, esta interligação entre Educação, Emprego e Mercado de Trabalho, assegurando que todos cumprem o seu papel não deixando de, na sua acção, ter em conta o que se passa na realidade que os rodeia. – **JSD/Setúbal**

## Notícias do Porto

# Aprovado o orçamento mais baixo da gestão de Rui Rio

O investimento autárquico no Porto em 2007 vai cair 22,7 por cento face a 2006, embora a despesa corrente suba 3,9 pontos percentuais, refere o orçamento hoje aprovado pela autarquia, o mais baixo da gestão PSD/CDS-PP, de Rui Rio.

Fixado em 209,7 milhões de euros, o orçamento da segunda autarquia portuguesa foi aprovado em sessão privada do executivo, com votos favoráveis dos sete eleitos da coligação PSD/CDS-PP e contra de toda a oposição (cinco vereadores socialistas e um comunista).

O valor global orçamentado é inferior ao deste ano em 17,1 milhões, (menos 7,6 por cento), cai 26,6 milhões (menos 11,3 por cento) face ao de 2005 e desce 63,3 milhões (menos 23,2 por cento) relativamente a 2004.

De 2006 para 2007, a quebra é equivalente à previsão de decréscimo das receitas próprias, sobretudo as fiscais, que, ainda assim, vão fixar-se em 111,2 milhões, correspondentes a 53,2 por cento do global orçamentado.

Do lado da despesa, o corte orçamental vai reflectir-se somente no investimento (despesa de capital), que se fixará em 48,4 milhões, reflectindo assim uma descida de 22,7 por cento, face a 2006.

A despesa de capital será executada em grande parte (79,1 por cento) pelas empresas municipais Domus Social e GOP - Gestão de Obras Públicas.

Para a Domus Social, que gere 24 bairros e é a maior senhoria da Europa, a autarquia transfere 25,2 Milhões, dos quais 17 milhões serão investidos na requalificação habitacional, a principal prioridade do município liderado por Rui Rio.

Já a GOP receberá 17,7 milhões, a aplicar sobretudo na rede viária urbana. A sociedade de reabilitação urbana "Porto Vivo", constituída pelo Estado e pela autarquia, vai receber 2 milhões.

Apesar do anunciado corte nos subsídios a instituições culturais, a dotação ao sector aumenta 5,6 por cento.

Ao arrepio da perda de receita, a despesa corrente registará um acréscimo de 3,9 por cento, em grande parte devido ao serviço da dívida e às despesas com o pessoal.



No último dia deste ano, a dívida da Câmara do Porto deverá rondar os 150,2 milhões, menos 5,4 milhões do que no termo de 2005.

Já no final de 2007, e de acordo com a previsão orçamental, a dívida líquida de curto prazo deverá representar 10 por cento do orçamento e a de médio e longo prazo cairá 2,8 por cento (menos 4,2 milhões).

Aquela que é uma das maiores empregadoras da cidade, com três mil funcionários, prevê aplicar em salários 68,9 milhões.

Rui Rio não se disponibilizou para falar aos jornalistas no final da sessão mas, nas notas apenas ao documento que foi aprovado, sublinha que se trata de um orçamento "de rigor" e "mais selectivo nas prioridades", que declara centradas na coesão social e na promoção da qualidade de vida. – **Fonte: Lusa**



Notícias de Ovar

## Cortes de 50% nos apoios culturais e sociais, sem relevância no Orçamento, demonstram ausência de bom senso e nada adiantam na contenção

Na reunião da Câmara Municipal de Ovar de quinta-feira passada, o executivo socialista prosseguiu com a sua estratégia de dizimar os apoios financeiros aos clubes, associações culturais, desportivas e sociais do nosso Concelho.

A mesma estratégia, ou seja, o “corte” de 50%, já tinha sido adoptado no ano passado.

Os vereadores do PSD manifestaram o seu firme protesto com as suas declarações de voto e a abstenção porque não somos contra os 50%, SOMOS E A FAVOR DE APOIO A 100%.

Mas, por incrível que pareça, e feitas bem as contas, os “cortes” agora impostos pela maioria socialista só permitem reduzir o elevado Passivo da Câmara Municipal de Ovar em apenas 0,7%.

É incrível, não é?

Mas isto é a estratégia dos gestores públicos que temos...



As contas são fáceis de fazer. A “poupança” com os “cortes” às colectividades totaliza 205.200 euros. O Passivo é de 30.000.000 euros. Como dizia um antigo Primeiro-Ministro de Portugal... é só fazer as contas.

Nada mais, nada menos do que 0,7% do passivo. Grande medida de gestão.

Ou seja, tentam poupar naquilo que não devem e não poupam naquilo que deveriam poupar...

Ainda na semana passada, foram detectados “trabalhos a mais” na obra da habitação social do Matadoro, que ainda não está concluída, na ordem dos 113.000 euros.

E sabem porquê?

Por “erros e omissões” no projecto!!!

Enquanto esta é a realidade, apregoa-se e propagandeia-se o “rigor” e a “contenção”, mas,

com o devido respeito e consideração por todos, “quem se trama é o mexilhão...” – **CPS/Ovar**

Notícias de Santarém

## Assembleia Distrital reuniu pela primeira vez, desde as eleições para os órgãos distritais

Reuniu, ontem à noite, 4 de Dezembro, em Santarém (no Hotel Corynthia), pela primeira vez desde as recentes eleições para os órgãos distritais, a Assembleia Distrital do PSD de Santarém, tendo-se decidido tornar públicas as seguintes conclusões finais em Comunicado que segue abaixo:

Comunicado

1. Evocar nesta data, que corresponde à passagem de 26 anos sobre a tragédia de Camarate, o fundador histórico do PSD – Francisco Sá Carneiro – através de um minuto de silêncio, em respeito pelo seu legado reformista, pela sua memória programática e pela sua extraordinária capacidade de antevisão estratégica para Portugal;

2. Manifestar o interesse da Comissão Política Distrital do PSD em realizar, no distrito de Santarém, uma das sessões de trabalho da iniciativa nacional da Revisão do Programa do PSD, contribuindo – deste modo – para a actualização do programa político social-democrata, reunindo um conjunto de personalidades – especialmente convidadas para reflectir sobre o tema – e contribuindo para o trabalho final de uma das áreas temáticas desta revisão programática;

3. Anunciar a proposta da Comissão Política Permanente Distrital de convidar – a curto prazo – um Coordenador, para a direcção, de um conjunto alargado de militantes e personalidades que estiveram na génese e fundação do Partido Social Democrata no distrito de Santarém, destinado a organizar a constituição histórica (eventualmente pela publicação de um livro) da implantação, aprofundamento e alargamento do PSD no distrito;

4. Afirmar que o PSD distrital de Santarém não tomará parte activa na campanha que brevemente se desencadeará sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) – ou sobre o comumente designado “Referendo sobre o Aborto” – entendendo que esta é uma questão de natureza eminentemente individual e sobre a qual a consciência de cada cidadão é absolutamente fundamental para uma decisão no próximo Referendo, a realizar em 11 de Fevereiro de 2007;

5. Considerar muito bem sucedida a realização do 1º Encontro Distrital de Presidentes de Junta de Freguesia Sociais-Democratas (em Ourém), estimulando a Comissão Política Permanente Distrital para a realização e a continuidade deste evento em 2007. – **CPD/Santarém**



## Um comunicado da CPS sobre reestruturação consular



No seguimento das diferentes declarações e notícias surgidas desde há meses em vários meios de comunicação social sobre uma próxima reestruturação consular e perante as preocupações que as mesmas notícias originaram no seio da comunidade portuguesa residente em França, a Secção do PSD de Paris, reunida em Assembleia ordinária, chegou às seguintes conclusões:

1- A Secção do PSD Paris continua convicta da necessidade de uma reestruturação consular no sentido de adaptar a rede de Missões Diplomáticas às actuais necessidades e objectivos da nossa política externa em particular na área das Comunidades Portuguesas;

2- Conforme já foi diversas vezes realçado, esta Secção alerta para o estado de precariedade em que se encontram vários serviços consulares e outros organismos indispensáveis para a promoção e divulgação da língua e cultura portuguesa. A falta de funcionários – sobretudo qualificados - limita e compromete diariamente a capacidade de atendimento e a qualidade dos serviços prestados, nomeadamente em termos sociais. O aumento da emigração e o envelhecimento da população exigem, cada vez mais, um acompanhamento permanente por parte das autoridades portuguesas de forma a evitar situações dramáticas do género daquelas que surgem regularmente na Holanda ou no Reino Unido;

3- Os militantes do PSD Paris lamentam a total falta de visão do actual governo para a área das Comunidades no momento em que se assiste a um significativo aumento da emigração em virtude das condições económicas que atravessa o nosso país. A Secção do PSD Paris é de opinião que os objectivos e a avaliação desta questão não podem, como tem vindo a acontecer, evoluir ao ritmo dos Ministros que se sucedem naquela pasta. Assim e depois de reconhecer, ainda há poucos meses, a necessidade de funcionários para o acompanhamento das comunidades pretendendo absolver parte daqueles que se iriam tornar “disponíveis” por força da mobilidade especial, volta a dar o dito por não dito, chegando ao ponto de esta semana admitir precisamente o contrario, i.e., dispensar funcionários;

Por todas estas razões e atendendo aquilo que sempre foi a posição do Partido Socialista nesta matéria e as promessas feitas aquando da última campanha eleitoral, que em momento oportuno não deixaremos de recordar, a Secção do PSD de Paris lança um apelo ao Governo no sentido de não deixar de investir no acompanhamento das comunidades, a semelhança daquilo que foi feito pelo anterior executivo no Reino Unido, na Córsega e na China, de forma a permitir uma defesa dos interesses dos portugueses residentes no estrangeiro.

4 - Esta Secção entende ser obrigatório que o Governo reconheça o êxodo migratório que o país conhece. Não vale a pena tentar esconder esta realidade a fim de justificar o discurso optimista que no plano económico e social o actual executivo tem vindo a assumir.

Será que o país que o Governo apresenta nos seus discursos é o mesmo que vê os seus cidadãos a emigrar em números que só têm comparação nas décadas de sessenta e setenta?

E como seriam os números do desemprego se estes portugueses que emigram continuassem a contar nas estatísticas da população activa?

Ninguém emigra de livre vontade. Emigra-se por necessidade.

5. O PSD Paris lamenta ainda que o Governo tenha acabado com o porte pago para a imprensa regional e comunidades portuguesas.

Esta medida vai contribuir para diminuir o acesso à informação das nossas comunidades e a sua ligação – a mais forte – às suas regiões de origem.

Ao tomar esta medida o Governo demonstra a sua total insensibilidade para esta área que devia para qualquer executivo governamental motivo de orgulho e vista como um conjunto de oportunidades para Portugal, para a sua economia e para os seus interesses em política externa.

Uma comunidade mal informada será, certamente, menos organizada e isso já poderá servir os interesses do actual Governo.

- CPS/PSD - Paris



# JSD Amadora comenta “O Orçamento de Estado 2007 e o PIDAC para o Município da Amadora”

A Amadora tem, desde a sua génese em 1979, todo um conjunto de características muito particulares que a diferencia dos concelhos vizinhos e dos restantes concelhos da área metropolitana.

A exiguidade do seu território (23 Km<sup>2</sup>) e a sua densidade populacional (7586 habitantes/km<sup>2</sup>), a mais alta do país, são características que, por si só, condicionam e marcam de uma forma indelével a nossa identidade como Comunidade.

De acordo com os dados recolhidos pelo INE, a Amadora tem 175872 habitantes, o que nos coloca na 4ª posição na Área Metropolitana de Lisboa.

A realidade social da Amadora é também expressa no número de inscritos no Centro de Emprego, 8616 (IEFP- Setembro 2006), sendo que deste número 4212 (48% do total) estão inscritos à mais de um ano.

Consideramos igualmente muito preocupante que do total de inscritos no Centro de Emprego, 3016 (35% do total) tenham uma idade abaixo dos 34 anos.

Este cenário é deveras preocupante e aumenta a responsabilidade de todos os poderes públicos na sua resolução.

O poder central tem à sua disposição toda uma panóplia de instrumentos que servem para prevenir a existência de graves falhas sociais e que garantem uma vivência para todos com dignidade.

É ao poder central que cabe, em primeira análise, a satisfação das necessidades básicas de todos, e desta responsabilidade não se deverá demitir.

Um dos instrumentos à disposição do poder central é o Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC).

Neste programa de investimentos, todos os anos são inscritos projectos que são indispensáveis ao desenvolvimento e à melhoria da qualidade de vida das populações.

No que concerne ao Município da Amadora, julgamos que o PIDDAC 2007 é claramente um passo atrás ao nível da satisfação das necessidades básicas dos amadorenses.

Tirando a temática da mobilidade urbana (CRIL), que envolve mais dois municípios (Lisboa e Odívetas), e em que assistiremos ao final de uma novela que teve início em 1995, em mais nenhuma área o Governo provou estar à altura das suas responsabilidades em relação à Amadora.

Existem claramente duas áreas fundamentais em que este PIDDAC é omissivo ou insuficiente.

A saber:  
SAÚDE

A maior decepção para a Amadora! Num um euro está atribuído numa área tão vital e tão importante.

Sendo a Saúde, uma das áreas onde é consensual que ainda não estão reunidas todas as condições para a satisfação com qualidade das necessidades das pessoas, foi precisamente a área onde o Governo decidiu nada fazer.

Quanto tempo mais teremos de esperar para substituir os Centros de Saúde da Reboleira, Venda-Nova e a extensão da Buraca, localizados em prédios sem o mínimo de condições para receber utentes, e mais em particular sem as condições mínimas para receber utentes portadores de deficiências?

Quanto tempo mais teremos de esperar até se iniciar a construção do tão esperado Centro de Saúde de São Brás e da extensão de Alfragide?

De igual forma foi esquecida a necessária informatização dos centros de saúde, de forma a melhorar a eficiência e a qualidade do atendimento clínico e a salvaguarda dos processos dos utentes, pois de momento ainda estão guardados apenas num suporte de papel.

## SEGURANÇA

Numa área tão importante para os cidadãos e para o país, e tendo em atenção as características da Amadora, não deixa de ser impressionante, a falta de atenção que o Governo concede às forças de segurança.

Quando são sabidas as lacunas em relação à segurança na área da Amadora, quando são sabidas as deficiências em relação aos equipamentos, nomeadamente à sua antiguidade e falta de adequação, parece no mínimo redutor que exista apenas dotação orçamental para obras na esquadra de Alfragide.

Numa altura em que deveríamos discutir a reorganização geográfica da Divisão da Amadora, que hoje em dia tem sob a sua responsabilidade a totalidade do Concelho da Amadora e parte substantiva de Sintra (até ao Cacém), em que deveríamos estar a discutir as necessidades humanas e materiais das nossas forças de segurança, e em que deveríamos discutir a renovação e requalificação das esquadras existentes, verificamos que para o Governo, a Segurança na Amadora não é ainda uma prioridade.

Nestas áreas estratégicas, a Amadora ficou claramente prejudicada. O Governo demonstrou, como tem sido seu hábito, uma profunda falta de sensibilidade em relação às justas aspirações das populações da Amadora.

Este PIDDAC é uma desilusão, pois não responde às principais necessidades dos Amadorenses. O estado do País não permite esbanjamentos de dinheiro, e a JSD é a primeira a reconhecer esse facto.

Devemos ser solidários com quem tem o dever de Governar Portugal. Todos temos o dever e a obrigação de ajudar o país nas suas horas mais difíceis.

Não podemos esquecer que todos somos Portugal e temos uma obrigação com aqueles que estão mais vulneráveis na nossa sociedade.

Este PIDDAC falha na resolução das necessidades mais básicas: Saúde e Segurança.

Contem com a JSD Amadora, para contribuir para as soluções dos problemas do nosso Concelho.

O nosso sentido de responsabilidade não deixará que questões político-partidárias se

intrometam na resolução das grandes questões que afligem a Amadora.

Não contem é connosco para fechar os olhos quando os interesses da Amadora estão a ser postos em jogo.

JSD Amadora

## JSD Amarante organizou o protesto contra o encerramento da Maternidade de Amarante

Foi na sequência do comunicado emitido pela ARSN, que declarava o encerramento da maternidade do Hospital de S. Gonçalo para as 00.00 horas do dia 4 de Dezembro, que a JSD Amarante apelou ao protesto contra a decisão governamental.

Sentindo o desinvestimento na Região Norte, com especial incidência em Amarante, a JSD avançou com o protesto, que se realizou em frente ao Hospital.

As grades foram cobertas de negro e, apesar da muita chuva que se fez sentir, as pessoas compareceram mostrando a sua revolta e indignação para com o desprezo demonstrado pelo Governo.

Lembre-se que “a Maternidade de Amarante realizou 1200 partos no último ano e é a maior das maternidades afectadas”, lembrou Carolina Coutinho Abreu, Vice-Presidente da JSD Amarante, em entrevista à TVI, referindo também da incerteza sobre o panorama que se viverá na saúde da região.

Era na Maternidade que vinham dar à luz as parturientes de todo o Baixo Tâmega, sendo que “esta é uma decisão que põe em causa o emprego na região”, referiu Carlos Carvalho, Presidente da JSD Amarante, ao JN, salientando também que “a importância desta maternidade para todo o Baixo Tâmega é enorme e, agora, fica a dúvida sobre a real capacidade do Hospital do Vale do Sousa, para onde serão transferidas as pacientes de Amarante, sendo que, no Natal passado (2005), este mesmo Hospital, por falta de capacidade, desviou os seus partos para Amarante. Mais ainda quando sabemos que apenas uma obstetra pondera a sua transferência para o Vale do Sousa, o que faz com que, com os partos provenientes de Amarante, e sem que os quadros técnicos do Hospital Padre Américo tenham sido expandidos, este fique com sérias dificuldades para o tratamento das doentes provenientes da maternidade que agora encerra”, afirmou, em declarações à TVI, SIC e RDP - Antena 1.

Ficou, assim, manifestada a posição da juventude Amarentina, prometendo o não baixar de braços perante aquilo que considera ser um ataque serrado à região Norte-Interior de Portugal, num claro desinvestimento na população, aumentando em larga escala a desertificação e o, já de si crescente, envelhecimento da população.

## JSD Póvoa de Varzim evoca Memória de Sá Carneiro

“A JSD pode ser diferente do PPD, crítica, até incómoda para a nossa geração, já um pouco cansada, mas é isso que se espera dela. Nas escolas, campos e fábricas, a JSD tem de continuar a empenhar a sua acção!”

Francisco Sá Carneiro

Quando a 4 de Dezembro de 1980, às 21.29 horas, Raul Durão emocionado, surgiu nos ecrãs da RTP, ao som de música fúnebre, os portugueses estavam longe de imaginar que o sonho tornado realidade por Francisco Sá Carneiro, de um Portugal moderno, liberal, terminasse de maneira trágica em Camarate.

Há 26 anos, muitos de nós que aqui estamos hoje, éramos muito pequenos, ou até não tínhamos nascido, mas não é por causa disso que não sabemos e reconhecemos Francisco Sá Carneiro, suas ideias e projectos para o PPD/PSD e principalmente para Portugal.

Sá Carneiro não foi apenas um político e fundador de um dos partidos portugueses, foi acima de tudo um Líder e um Homem que ainda hoje é amado por grande parte da população portuguesa.

Era um Homem de Estado, com uma visão de Estado. Não confundia as árvores com a floresta. Era portador de uma enorme cultura política e tinha uma ideia clara para Portugal.

Fazia política para as pessoas. Não fazia da prática política uma abstracção.

Tinha enorme gosto em fazer política, apesar do enorme desgosto que sempre lhe provocava o afastamento de alguns companheiros que não compreenderam os seus objectivos e a necessidade do pragmatismo para os atingir.

Sá Carneiro legou-nos um património de seriedade e de serviço a uma causa com o objectivo de alcançar determinado modelo de sociedade.

“Saber estar e romper a tempo, correr riscos da adesão e da renúncia, pôr a sinceridade das posições acima dos interesses pessoais – isto é a política que vale a pena!!!”

Sá Carneiro – Julho de 1975

O legado político de Sá Carneiro apresenta uma dupla dimensão: de um lado, um pensamento estruturado e consistente, do outro, uma atitude, uma metodologia e um estilo muito próprios de acção.

Autonomia da sociedade civil, defesa de um Estado democrático forte (isto é, estável e institucionalizado), preferência por uma política clara de reformas, exigência de clarificação das relações entre Estado e economia (numa lógica de privatização), necessidade de proceder a uma rápida modernização do país, prioridade à construção de um



modelo democrático civil, em conjunto com uma profissão de fé na Social-Democracia, eis uma síntese possível do pensamento político de Francisco Sá Carneiro.

“Não há eficácia, não há progresso, não há ideologia, não há revolução que justifique atentado à personalidade humana!”

Sá Carneiro

Foi Povo.

Quantas vezes se misturou com ele!

Amou o Povo – o Povo Português.

Foi e é Amado pelo Povo!!!

“Cumpra-nos dar contributo para que cada um cresça o máximo

possível, para que todos sejam despertados para a acção e para a luta democrática. Só assim permaneceremos vivos e activos crescendo sem nos impormos, sendo aceites por mérito da acção e não por conquista ou exibição. Só assim corresponderemos à grandeza e dificuldade que os tempos novos de nós exigem!”

Francisco Sá Carneiro – 1975

O Presidente da Comissão Política Concelhia

José Alberto Silva

O Presidente da Mesa do Plenário  
António Barroso

## JSD Ansião e JSD Pombal debatem problemas comuns

As secções da JSD de Ansião e Pombal reunidas no dia 2 de Dezembro para debater problemas comuns que afectam os dois concelhos, bem como todo o Norte do Distrito de Leiria, decidiu tornar públicas as considerações e deliberações constantes neste comunicado. Assim:

Ø Congratulamo-nos pelo facto de, finalmente, assistirmos à inauguração do novo troço do IC8 (Pombal-Lourival), lembrando porém que um dos objectivos desta estrada reside na ligação do Norte do Distrito de Leiria ao litoral, função essa que o actual traçado não consegue desempenhar, funcionando inclusivamente como um travão ao desenvolvimento de toda esta parte do Distrito.

Salientamos a actual e progressiva degradação do piso, provocada por um constante aumento do tráfego diário, com particular relevância para a circulação de pesados, bem como a inexistência de nós desnivelados e a falta de iluminação em alguns dos já existentes, não se prevenindo a curto prazo qualquer intervenção que leve à resolução destes problemas, para além de alguns estratégicos “retoques faciais”, verificando-se neste sentido uma total indiferença do poder central, traduzida num adiamento recorrente de toda e qualquer solução definitiva para estas situações.

Assistimos pois ao ridículo de definirmos este trajecto, nomeadamente entre Ansião e Pombal, como um Itinerário Complementar (IC) quando na verdade este não apresenta os requisitos mínimos que tal definição implica.

Ø Relativamente a infra-estruturas rodoviárias, queremos ainda realçar a indefinição que gira em torno do chamado IC3 nas zonas que abrangem esta área do distrito, materializada numa não concretização efectiva de qualquer solução para esta estrada.

Ø Demonstramos também o nosso total desagrado face à proposta do Ministério da Saúde quanto à tentativa de concentração de urgências hospitalares na Sertã, medida que iria abranger alguns concelhos do Norte do Distrito de Leiria, nomeadamente, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e Castanheira de Pera. Para além do facto de esta ser uma proposta irracional, demonstra um total desconhecimento da realidade concreta existente nestes concelhos. Reconhecendo a necessidade de reorganizar o sistema de saúde nesta parte do distrito, faria todo o sentido que, dada a sua localização geográfica, que esta unidade se fixasse no Hospital do Avelar, ficando desta forma os doentes mais próximos de Coimbra. Salienta-se ainda que a JSD, considera que o Hospital Central de referência deverá continuar a ser o Hospital dos Covões em Coimbra.

Ø Finalmente, a JSD considera que o Norte do Distrito de Leiria será fortemente penalizado em termos de investimento público por parte do Governo Central, nomeadamente ao nível do PIDDAC para 2007, onde é notória a evidente desconsideração por parte do Governo face a este Município. Considerando que o Poder Local é determinante para o desenvolvimento do país e para a melhoria das condições dos cidadãos, manifestamos ainda total solidariedade para com todos os executivos camarários, que vêm a sua capacidade de iniciativa drasticamente diminuída, ao abrigo desta nova e perversa Lei das Finanças Locais. Uma vez mais, o Governo Central é o principal entrave ao desenvolvimento.

Por tudo isto, justifica-se uma maior sensibilidade e um maior empenho por parte das entidades e instituições competentes, nomeadamente do Governo Civil de Leiria, como representante do Governo, tendo em conta o conhecimento concreto que deveria ter sobre todas as matérias supracitadas.



## ALENQUER

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se os militantes da Secção de Alenquer, para reunirem em Assembleia de Secção no dia 13 de Janeiro de 2007 (sábado), a partir das 21h00, na Sede Concelhia do PSD, sita na Av. 25 de Abril, nº 90 – 4º Esq., em Alenquer, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política da Secção.

Nota: As urnas estarão abertas, na sede concelhia das 21h00 às 23h00.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

## ALVAIÁZERE (DISTRITAL DE LEIRIA)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral para os órgãos distritais e locais, convocam-se todos os militantes da Secção de Alvaiázere, dotados de capacidade eleitoral activa para os órgãos locais, para reunirem no dia 13 de Janeiro de 2007, pelas 17h00, na sede concelhia, sita Rua D. João I, em Alvaiázere, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política da Secção.

Notas: As urnas estarão abertas, das 17h00 às 22h00 do dia 13 de Janeiro de 2007, sem embargo da prorrogação excepcional prevista no nº 5 do artigo 9º do Regulamento Eleitoral.

As listas candidatas para os órgãos de secção a eleger directamente deverão ser entregues, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, à Presidente da Comissão Política Distrital, ou a quem a substitua, na sede distrital, sita na Rua Dr. José Jardim, 32, em Leiria, aberta para o efeito naquele dia, das 21h00 às 24h00.

A presente convocação fundamenta-se nos termos do nº 3 do artigo 7º dos Estatutos Nacionais do PSD

## BAIÃO

De acordo com os Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se todos os militantes, para uma reunião plenária a realizar no próximo dia 16 de Dezembro, Sábado, pelas 10 h, na Escola Secundária de

Baião, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Balanço da actividade do PSD nos órgãos autárquicos do Concelho de Baião;
- 2 - Análise da situação política no Concelho de Baião;
- 3 - Estratégias de acção política para o ano de 2007;
- 4 - Análise das implicações do Orçamento de Estado, PIDDAC e Lei das Finanças Locais;
- 5 - Outros assuntos.

## CASTANHEIRA DE PÊRA (DISTRITAL DE LEIRIA)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral para os órgãos distritais e locais, convocam-se todos os militantes da Secção de Castanheira de Pêra, dotados de capacidade eleitoral activa para os órgãos locais, para reunirem no dia 13 de Janeiro de 2007, pelas 17h00, na sede concelhia, sita no Largo Dr. Manuel Dinis Henriques, em Castanheira de Pêra, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política da Secção.

Notas: As urnas estarão abertas, das 17h00 às 22h00 do dia 13 de Janeiro de 2007, sem embargo da prorrogação excepcional prevista no nº 5 do artigo 9º do Regulamento Eleitoral.

As listas candidatas para os órgãos de secção a eleger directamente deverão ser entregues, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, à Presidente da Comissão Política Distrital, ou a quem a substitua, na sede distrital, sita na Rua Dr. José Jardim, 32, em Leiria, aberta para o efeito naquele dia, das 21h00 às 24h00.

A presente convocação fundamenta-se nos termos do nº 3 do artigo 7º dos Estatutos Nacionais do PSD.

## DISTRITAL DE LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral para os órgãos distritais e locais, convocam-se todos os militantes do Distrito de Leiria dotados de capacidade eleitoral activa para, conforme a respectiva secção de inscrição em que militem, reunirem nas secções de Alcobaça, Alvaiázere, Ansião, Batalha, Bombarral, Caldas da Rainha, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Nazaré, Óbidos, Pedrogão Grande, Peniche, Pombal e Porto de Mós, no dia 13 de Janeiro de 2006, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- Eleição da Mesa da Assembleia

Distrital;

- Eleição da Comissão Política Permanente Distrital;
- Eleição do Conselho de Jurisdição Distrital;
- Eleição dos Delegados da Secção à Assembleia Distrital.

Notas:

1. As urnas estarão abertas, em cada secção, das 17h00 às 22h00 do dia 13 de Janeiro de 2007, sem embargo da prorrogação excepcional prevista no nº 5 do artigo 9º do Regulamento Eleitoral.

2. As listas candidatas para os órgãos distritais a eleger directamente deverão ser entregues, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital, ou a quem o substitua, na sede distrital, aberta para o efeito naquele dia, das 21h00 às 24h00.

3. As listas candidatas dos Delegados da Secção deverão ser entregues aos Presidentes das Assembleias de Secção correspondentes, ou a quem o substitua, nos mesmos efeitos, nas respectivas sedes de Secção.

4. As eleições serão efectuadas nas respectivas sedes de cada Concelho, com excepção dos concelhos de Bombarral (no auditório Municipal, sito no Largo do Município) e em Óbidos (Praça Azeredo Perdigão, nº 7 – Amoreira), que serão também os locais de recepção das listas mencionadas na nota nº 3.

5. Locais de votação:

ALCOBAÇA – Sede Concelhia – Av. Prof. Joaquim Vieira Natividade, lote 3 – 62 A

ALVAIÁZERE – Sede Concelhia – Rua D. João I

ANSIÃO – Sede Concelhia – Av. Dr. Victor Faveiro

BATALHA – Sede Concelhia – Rua D. Filipa de Lencastre

BOMBARRAL – Sede Concelhia – Av. Dr. Joaquim Albuquerque, 1 A, Bombarral

CALDAS DA RAINHA – Sede Concelhia – Praça 5 de Outubro, 18 r/C dto

CASTANHEIRA DE PÊRA – Sede Concelhia – Largo Dr. Manuel Simões Barreiros, 8

LEIRIA – Sede Concelhia – RUA Dr. José Jardim, 32

MARINHA GRANDE – Sede Concelhia – Av. 1º de Maio

NAZARÉ – Sede Concelhia – RUA da Sub-vila, nº 1 – edifício Gameiro

ÓBIDOS – Praça Azeredo Perdigão, nº 7 – Amoreira

PEDROGÃO GRANDE – Sede Concelhia – Largo da Restauração

PENICHE – Sede Concelhia – Rua Alexandre Herculano, 68 – 1º

POMBAL – Sede Concelhia – Rua Dr. Luís Torres, lote 4 – 2º

PORTO DE MÓS – Sede Concelhia – Rua dos Bombeiros

## DISTRITAL DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital do Porto, para reunir em sessão Plenária, dia 18 de Dezembro de 2006, segunda-feira, pelas 21h30, na sede concelhia do PSD de Vila Nova de Gaia, sita à Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323 – Vila Nova de Gaia, com a seguinte Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação política.

## ESPOSENDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata convocam-se os militantes do Partido Social Democrata da Secção de Esposende para reunirem em Plenário no próximo dia 18 de Dezembro de 2006, (segunda-feira) pelas 21 horas, na sede do Partido, na Rua 31 de Janeiro, nº11, em Esposende, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política e partidária;
3. Análise do novo regime das finanças locais;
4. Discussão e aprovação do orçamento da CPS de Esposende para 2007;
5. Outros assuntos de interesse.

## GONDOMAR

De acordo com os Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção para o próximo dia 12 de Janeiro de 2007, pelas 21h00, na sede, sita na Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, nº 31, Gondomar, com a seguinte Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Apresentação, discussão e aprovação do Plano e Orçamento para 2007.
3. Análise da situação política.

## MONTEMOR-O-VELHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se todos os militantes para reunir em Assembleia Eleitoral no próximo dia 12 de Janeiro de 2007, no período compreendido entre as 18h00 e as 21h00, na sede do PSD, sita na Praça da República, em Montemor-o-Velho, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política da Secção.

Notas: As urnas estarão abertas entre as 18h00 e as 21h00.

Nos termos do artigo 4º do Regulamento Eleitoral, as listas de candidatos deverão ser apresentadas



ao Presidente da Mesa da Assembleia, respectiva ou a quem o substitua, na sede concelhia do PSD, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

## MURTOSA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção para reunir, no dia 19 de Janeiro de 2007 (sexta-feira), pelas 21h30, no salão do Centro Recreativo Murtoense, em Pardelhas, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Notas:

As urnas estarão abertas entre as 21h30 e as 23h00.

As listas candidatas aos órgãos da secção deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Secção, ou a quem o substitua, na sede concelhia, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, encontrando-se a sede aberta para o efeito entre as 21h00 e as 24h00.

## MURTOSA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção para reunir, no dia 19 de Janeiro de 2007 (sexta-feira), pelas 21h00, no salão do Centro Recreativo Murtoense, em Pardelhas, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Prestação de contas de 2006.

## ÓBIDOS (DISTRITAL DE LEIRIA)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral para os órgãos distritais e locais, convocam-se todos os militantes da Secção de Óbidos, dotados de capacidade eleitoral activa para os órgãos locais, para reunirem no dia 13 de Janeiro de 2007, pelas 17h00, no edifício na Praça Azeredo Perdigão, n.º 7 Amoreiras (Óbidos), com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Notas:

As urnas estarão abertas, das 17h00 às 22h00 do dia 13 de Janeiro de 2007, sem embargo da prorrogação excepcional prevista no n.º 5 do artigo 9.º do Regulamento Eleitoral.

As listas candidatas para os órgãos de secção a eleger directamente

deverão ser entregues, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, à Presidente da Comissão Política Distrital, ou a quem a substitua, na sede distrital, sita na Rua Dr. José Jardim, 32, em Leiria, aberta para o efeito naquele dia, das 21h00 às 24h00.

A presente convocação fundamenta-se nos termos do n.º 3 do artigo 7.º dos Estatutos Nacionais do PSD

## PEDROGÃO GRANDE (DISTRITAL DE LEIRIA)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral para os órgãos distritais e locais, convocam-se todos os militantes da Secção de Pedrogão Grande, dotados de capacidade eleitoral activa para os órgãos locais, para reunirem no dia 13 de Janeiro de 2007, pelas 17h00, na sede concelhia, sita no Largo da Restauração, em Pedrogão Grande, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Notas: As urnas estarão abertas, das 17h00 às 22h00 do dia 13 de Janeiro de 2007, sem embargo da prorrogação excepcional prevista no n.º 5 do artigo 9.º do Regulamento Eleitoral.

As listas candidatas para os órgãos de secção a eleger directamente deverão ser entregues, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, à Presidente da Comissão Política Distrital, ou a quem a substitua, na sede distrital, sita na Rua Dr. José Jardim, 32, em Leiria, aberta para o efeito naquele dia, das 21h00 às 24h00.

A presente convocação fundamenta-se nos termos do n.º 3 do artigo 7.º dos Estatutos Nacionais do PSD

## SECÇÃO B - CAMPO PEQUENO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se todos os militantes da Secção B, para uma Assembleia de Secção a realizar na sede da Secção no próximo dia 21 de Dezembro de 2006, pelas 21h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;  
2. Apreciação e votação do Orçamento para 2007;  
3. Análise da situação política.

Nota: Caso não se verifique a existência de quorum à hora prevista, a assembleia terá início pelas 21h30 com qualquer número de presenças.

## VILA FRANCA DE XIRA

De acordo com o disposto nos Estatutos, convocam-se os Militantes da Secção do PSD de Vila Franca de Xira, para uma ASSEMBLEIA DE SECÇÃO a realizar no dia 11 de Janeiro de 2007, (quinta-feira), pelas 21.30 h, na Sede Concelhia do PSD de Vila Franca de Xira com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações  
2. Análise da situação política



## CONSELHO DISTRITAL DA GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital da Guarda, para reunir no próximo dia 20 de Janeiro de 2007, pelas 21h30, na Casa do Povo da Cidade de Pinhel, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Informações;  
2 – Análise da Situação Política;  
3 – Outros Assuntos.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital

(Hugo Alexandre Melo de Almeida Miranda)

## PINHEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD/Pinhel, para uma reunião a realizar no próximo dia 20 de Janeiro de 2006 (Sábado), pelas 20 horas, na Casa do Povo de Pinhel, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário de Secção e da Comissão Política de Secção.

Notas:

a) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital da Guarda ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD.

b) As urnas estarão abertas das 20 horas às 21 horas e 30 minutos.

c) Para qualquer esclarecimento é favor contactar o Presidente do Conselho Distrital através do n.º 914 023 172.

O Presidente da Mesa do

Conselho Distrital

(Hugo Alexandre Melo de Almeida Miranda)

## VAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Vagos, a realizar no próximo dia 13 de Janeiro de 2007, pelas 17 horas, na Sede Concelhia, sita em Vagos, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Comissão Política e Mesa do Plenário.

Nota:

As listas deverão ser apresentadas em duplicado ao Presidente da Mesa, na Sede Concelhia, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao do começo dos trabalhos, nos termos do artigo 23.º, 4.

As urnas estarão abertas entre as 17 e as 20 horas.

O Presidente da Mesa

(André Pinho)



## Convocatórias TSD/AML

Ao abrigo do disposto nos Estatutos dos TSD, convocam-se os militantes dos TSD para a Eleição dos representantes dos TSD na Comissão Política de Secção de Cascais, a realizar no dia 20 de Dezembro de 2006 (quarta-feira), das 18H00 às 19H00, na Sede Distrital, sito na Rua da Junqueira, n.º 209, em Lisboa com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos representantes dos TSD na Comissão Política da Secção de Cascais

Ao abrigo do disposto nos Estatutos dos TSD, convocam-se os militantes dos TSD para a Eleição dos representantes dos TSD na Comissão Política da Secção Oriental, a realizar no dia 20 de Dezembro de 2006 (quarta-feira), das 18H00 às 19H00, na Sede Distrital, sito na Rua da Junqueira, n.º 209, em Lisboa com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos representantes dos TSD na Comissão Política da Secção Oriental